

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM PORTO ALEGRE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALEXANDRE DERLI DE ARAÚJO SILVA

PORTO ALEGRE, 2022

A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

PORTO ALEGRE

2022

A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Magali de Moraes Menti

Aprovado em: 30/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Magali de Moraes Menti
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Leal Abreu
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Prof^ª. Dr^ª. Débora Dutra
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Dedico a minha mãe, em especial, que me ilumina e me incentiva, SEMPRE.

Ao meu pai, que me auxiliou, mesmo que lá do céu.

E as minhas irmãs, filhos e netos, que renovam minha vontade de viver, e, de tentar vencer, todos os dias.

“Num país como o Brasil, manter a
esperança viva é em si, um ato
revolucionário.”
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pela oportunidade de vida a mim ofertada, por me fortalecer e me amparar nos momentos mais difíceis, desde sempre.

Agradeço particularmente a minha mãe e aos demais familiares, pois sem a participação deles, nada seria possível. A família, numa visão holística, simboliza o segundo elemento indispensável a qualquer ser humano.

Agradecimento especial, a minha orientadora, Dr^a Magali de Moraes Menti, uma vez que, ela representa para mim, tudo de bom produzido nesse trabalho de conclusão de curso. Não só isso, ela representa os mestres da academia Uergs, em conhecimento, em sacrifício, em resiliência, em inteligência e motivação. Exemplo disso, é que ela nunca rejeitou um pedido meu de orientação, ainda que isso tenha ocorrido pela enésima vez, ao longo da minha trajetória acadêmica. Ainda mais, enriqueceu grandemente esta monografia, ao agregar os conhecimentos diferenciados durante o período de revisão deste trabalho do voluntarioso e nobre colega João Batista da S. Goulart do nosso curso de LETRAS- Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, sem os quais eu não teria alcançado meus objetivos acadêmicos em sua plenitude.

Por extensão, agradeço ao Prof.º Cyro Gudolle Sobragi, atual coordenador do curso de Administração Pública da UERGS – Campus Central; à prof.^a Raquel da Fonseca Holz, minha orientadora no estágio curricular obrigatório, à Dr^a Carla Fátima Pereira da Silva, minha supervisora de estágio no O.S.B. (Observatório Social do Brasil – Gravataí/Glorinha), por tudo que me ofereceram, fundamentalmente, num tempo histórico nefasto de pandemia COVID-19.

RESUMO

Esta monografia objetiva responder à incógnita acerca de como 3 (três) veículos de mídia brasileiros retrataram os resultados das eleições de 2018, no Brasil, e como estes possibilitaram o debate entre seus internautas. Com o intuito de delimitar o tema e detalhar o processo de construção da pesquisa, os objetivos específicos dão a amplitude necessária ao apresentar dados retirados dos portais g1, R7 e SBT referentes ao processo eleitoral de 2018, além disso, o modo como tais dados se apresentaram e o que representaram durante a interação disponibilizada por essas mídias digitais. Oportunamente, o referencial teórico constituiu-se de conceitos que abarcam o voto, a elegibilidade, a abstenção, o governo (classificações, formas e regimes) bem como as diversas formas pelas quais o Estado se consubstancia, abordando-os com o devido suporte e fundamentos legais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, almejando o levantamento das referências teóricas, que serviram de suporte indispensável para a sua condução, bem como das páginas de *web sites* e portais escolhidos como *locus* de pesquisa que visaram à coleta e à análise das informações e de suas peculiaridades. Concluiu-se que as mídias digitais do SBT e Portal R7, em termos de instrumentais que possibilitam a interação entre os internautas bem como forma de tratamento da informação, possuem aproximações de conteúdo que também são disponibilizados nas redes sociais *Facebook, Instagram e Twitter*. O Portal g1, por sua vez, possibilita a interação simultânea entre as *web sites* e as redes sociais aos internautas que as acessam. Por fim, infere-se que o cenário digital pode potencializar a opinião pública do usuário em relação ao direito ao voto ou à externalização de suas escolhas, agindo como construto catalisador de práticas eleitorais. Ademais, entende-se que esta investigação, como contrapartida pelas competências adquiridas ao longo do curso de Bacharelado em Administração Gestão Pública da Uergs (Universidade Estadual do Rio Grandedo Sul), poderá vir a agregar conhecimento científico à comunidade acadêmica assim como retribuir à sociedade a oportunidade de aprendizado público e gratuito, a partir desta contribuição científica para o desenvolvimento de práticas que agreguem conhecimento ao processo eleitoral, ao sistema eleitoral e aos direitos políticos paralelos às mídias digitais.

Palavras-chave: competência eleitoral. eleições 2018. mídias digitais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how 3 (three) Brazilian media vehicles portray the results of the 2018 elections in Brazil, and how these allow debate among their internet users. In order to delimit the theme and detail the process of construction of the research, the specific objectives present data taken from the g1, R7 and SBT portals referring to the 2018 electoral process, the way such data presented themselves and what they represented during the interaction provided by these digital media. The theoretical framework consists of concepts that will encompass voting, eligibility, abstention, government (classifications, forms and regimes) as well as the various ways in which the State is embodied, addressing them with the proper support and legal foundations. In this sense, as a methodology, from the quali-quantitative approach, an exploratory-descriptive bibliographic research was carried out, aiming at the survey of theoretical references, which served as indispensable support for its conduct, as well as a documental research through the use of the pages of web sites and portals chosen as research locus aimed at collecting and analyzing the information and its peculiarities. It is concluded that the digital media of SBT and Portal R7, in terms of instruments that allowed the interaction between internet users as well as a way of processing information, have approximations of content that are also available on the social networks Facebook, Instagram and Twitter. On the other hand, the g1 Portal, in turn, allows the simultaneous interaction between web sites and social networks to internet users who access them. Finally, it is inferable that the digital scenario can enhance the public opinion of the user in relation to the right to vote or the outsourcing of their choices, acting as a catalyst construct of electoral practices. Moreover, it is understood that this research, as a counterpart to the competencies acquired during the Bachelor's degree in Public Management Administration at Uergs (State University of Rio Grande do Sul), may add scientific knowledge to the academic community as well as give back to society the opportunity of public and free learning, based on this scientific contribution to the development of practices that add knowledge to the electoral process, electoral system and political rights parallel to digital media.

Keywords: electoral competence. elections 2018. digital media.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estratificação Comentários Isolados – CI	46
TABELA 2 – Estratificação Comentários Principais – CP	47
TABELA 3 – Estratificação Derivações – D	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição dos Internautas Portal g1	43
GRÁFICO 2 – Participação demais Internautas pós comentários originários no Portal g1	45
GRÁFICO 3 – Participação Comentários Isolados – CI	47
GRÁFICO 4 – Participação Comentários principais – CP	48
GRÁFICO 5 – Participação dos Internautas – Derivações – D	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das constituições segundo Aristóteles.....	20
Quadro 2 – Portal R7 e Site do SBT em Números.....	53
Quadro 3 – Estratificação qualitativa Comentários Isolados – CI	56
Quadro 4 – Estratificação qualitativa Comentários Principais – CP	57
Quadro 5 – Estratificação Derivações – CP – 1	59
Quadro 6 – Estratificação Derivações – CP – 2	61
Quadro 7 – Estratificação Derivações – CP – 3	62
Quadro 8 – Estratificação Derivações – CP – 4	63
Quadro 9 – Estratificação Derivações – CP – 5	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1	CLASSIFICAÇÕES DE GOVERNO.....	17
2.1.1	Breve histórico das classificações de governo.....	17
2.1.1.2	<i>Regimes de governo.....</i>	19
2.1.2	Breve histórico da democracia.....	20
2.1.3	Formas de governo.....	21
2.1.4	Breve histórico da república.....	21
2.1.5	Forma de Estado.....	24
2.1.5.1	<i>Breve histórico do federalismo.....</i>	25
2.1.6	Voto.....	26
2.1.6.1	<i>Aspectos históricos do voto.....</i>	26
2.1.7	Elegibilidade.....	29
2.1.8	Abstenção.....	29
3.	ABORDAGEM METODOLOGICA.....	31
4.	AS POTENCIALIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS DA INTERNET.....	33
4.1	Uso das plataformas de notícias no Brasil.....	35
4.2	A participação política ampliada pelas tecnologias digitais.. ..	36
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	38
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE MÍDIA.....	39
5.2	ESTRATIFICAÇÃO DOS DADOS.....	42
5.2.1	Estratificação quantitativa dos dados obtidos.....	44
5.2.2	Estratificação qualitativa dos dados obtidos.....	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da trilha percorrida durante o curso de graduação em Administração (Gestão pública) – bacharelado, na Uergs, especificamente a partir do segundo semestre de 2010, foram apresentados, de modo geral, diversos componentes curriculares peculiares à Administração, além de temas relacionados à gestão pública, em especial. Nesse contexto, os atores envolvidos fortaleceram a percepção em relação à importância da participação política como prática de cidadania, embora a compreensão acerca do exercício de uma práxis político-social se concebe intrinsecamente à condição sujeito histórico-coletivo, antecedendo, portanto, ao período enquanto acadêmico da universidade Estadual do Rio Grande do Sul, (Uergs). Assim, por entender que a cidadania se constitui de instrumentos como a emancipação e a autonomia, que podem ser mobilizados pela mídia em prol da sociedade, a partir da interação dos internautas, propiciando a construção e reconstrução de realidades, principalmente em períodos eleitorais é que se assenta a proposta da presente pesquisa.

Nesse sentido, faz-se necessário inferir que a Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã) completou trinta e quatro anos no dia 02 de março de 2022 e consubstanciou o exercício da cidadania com um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, inserida no art. 1º, inciso II, da Carta Política brasileira (BRASIL, 1988). Por conseguinte, pode-se falar em cidadania quando várias pessoas vivem em comunidades, exercendo seus direitos e cumprindo deveres diante de um regime político que permita o exercício democrático com regras definidas em uma constituição. Logo, um dos principais meios de expressão da democracia se insere no processo eletivo, que engendra mudanças por meio do voto, visando construir, portanto, um país soberano, democrático, justo e igualitário. Contudo, ao contrário do que se pensa, contrariando a retórica cidadã-democrática, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgados em julho de 2017, o eleitorado brasileiro tem diminuído consideravelmente sua participação nos pleitos eleitorais. (Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicaonumeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>)

Por sua vez, o combate à corrupção no Brasil pressupõe um estado de transparência na administração pública, de maneira que o *accountability*, ou seja, o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo, dessa forma, maior nível de transparência e a exposição pública das políticas públicas (PEREIRA 2009). Logo, à luz dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, essa responsabilização do ente público objetivará contribuir fundamentalmente para a consolidação de um Estado democrático de direito na esfera pública, como um todo, calcado no sentimento

de responsabilidade, já que o resultado de ações ilegais afetará a vida de todos. Destarte, o exercício do voto como instrumento de sustentação de uma sociedade democrática é fundamental para que isso ocorra de forma plena, além de garantir a manutenção de uma sociedade livre com pretensões de justiça.

Nesse cenário, é necessário entender que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito em que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, conforme disposto no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Desse modo, o sentido da democracia (*demos*, originariamente do grego, povo, distrito, e *kratos*, domínio, poder, ou seja, “poder do povo” ou “governo do povo”) está na possibilidade de o cidadão exercer a soberania popular mediante o sufrágio universal visando mudanças político-sociais significativas. Assim, segundo BORDENAVE (1983, p.12), “A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”.

Entretanto, percebe-se que, na prática, isso não ocorre. Os poucos que detêm o poder decisório na esfera política, e por consequência, na administração pública, continuam a replicar, ano após ano, cenários de corrupção e descontrole do aparelho político e administrativo do Estado. Ademais, ressalta-se que toda essa ação criminosa é noticiada pelos principais telejornais do país, escancarando intercontinentes - devido ao alcance das mídias, principalmente por meio das redes sociais e plataformas jornalísticas - a inexistência de probidade por parte dos atores políticos e agentes públicos envolvidos, bem como a alienação eleitoral de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro. Sendo assim, a lição de Dallari (1984, p. 55) na obra “O que é participação política” complementa ao inferir que o ato de votar, em uma democracia representativa como se caracteriza a brasileira, é *conditio sine qua non* de sujeitos que têm consciência do significado do voto como instrumento de influência social.

Na conjuntura democrática na qual vivemos, pressupõe-se a existência de condições para que a cidadania seja exercida e seus sujeitos gozem de direitos individuais e coletivos, entre eles, o direito à participação política. Maia (2006, p. 15) aduz que uma grande parcela da sociedade utiliza os meios de comunicação e informação digitais disponíveis para tomar decisões políticas, principalmente, na intenção de voto, devido à diversidade cultural e social manifestada em suas plataformas virtuais que reflete nas práticas sociais reais, interferindo, assim, na cultura coletiva e na formação da opinião pública. Logo, as plataformas de comunicação digital, popularizadas pela internet, agem como canais especializados que difundem ou direcionam, ocasionalmente ou intencionalmente, os debates da vida pública, influenciando, portanto, na vida política da sociedade.

Com a popularização da internet iniciaram-se as discussões acerca do potencial social, político e democrático da rede diante da variedade de informações e da redução de custos de participação política, permitindo que diferentes usuários possam interagir nos *chats* e grupos

eletrônicos de discussão. Dessa maneira, a comunicação multilateral que o ciber espaço propicia com seus recursos de interação diversificou a comunicação e a troca de informações para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais em virtude de ser um serviço com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos acessíveis. Assim, a internet fornece aos seus usuários conteúdo massivo diário sobre política, exercendo relevante papel no debate social sobre as ações públicas de conteúdo político e de gestão administrativa do Estado. Constituindo-se em um conjunto de canais e ferramentas comunicativas importantes para o ativismo e a participação política, no espaço social e midiático.

Nesse sentido, esta monografia propõe uma análise da mídia como instrumento da participação política, considerando sua afirmação como elemento de potencialidade de atuação sócio-democrática de seus sujeitos como modal reflexivo para novas formas de engajamento político.

A partir disso, configura-se como problema de pesquisa deste trabalho a indagação de “Como 3 importantes veículos de mídia brasileiros retrataram os resultados das eleições de 2018 no Brasil e como estes possibilitam o debate de internautas?”. Com a questão proposta, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a difusão e o debate sobre os resultados das eleições no Brasil, no ano de 2018, por três fontes digitais de comunicação, sendo elas o “Portal g1” (rede Globo), site do “SBT” (Sistema Brasileiro de Televisão) e “Portal R7” (Grupo Record). Como objetivos específicos deste trabalho, delimitaram-se: a) conceituar voto, elegibilidade, abstenção, classificações de governo, regimes de governo, formas de governo e formas de Estado; b) apresentar dados do g1, R7 e SBT referentes às eleições de 2018; e c) contrastar a representação e as ferramentas de interação disponibilizadas pelo g1, Portal R7 e SBT.

Nesse contexto, a pesquisa que originou esta monografia se justifica em virtude de que a sociedade brasileira constantemente é vitimada por uma enxurrada de denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos e atores políticos. Denúncias, investigações, prisões de autoridades públicas, em larga escala e em todas as esferas representativas do Estado brasileiro, são a tônica nas principais plataformas digitais de comunicação como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, etc. Ademais, apesar de nosso ordenamento constitucional consubstanciar princípios como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, fundamentados na redação do Art. 37, concernentes à conduta a ser adotada pelos gestores públicos, o grande número de operações realizadas pela polícia judiciária federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), no combate a corrupção complementam esse cenário. Por fim, ao observarem-se os crescentes índices de abstenção, de votos nulos e de votos brancos registrados nas eleições recentes realizadas no Brasil, frisa-se a importância de discutir a temática em tela, a fim de entender os caminhos e descaminhos da informação e da interação que possibilitaram o descrédito do poder que emana do voto.

Este Trabalho de Conclusão de Curso subdivide-se em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo apresetamos a introdução ao trabalho. No segundo capítulo intitulado “Classificações

de governo” ver-se-ão os instrumentos que possibilitam a construção da democracia como pressuposto para o exercício da cidadania. Logo, é necessário inferir que ninguém nasce cidadão, entretanto torna-se cidadão a partir de sua inclinação potencial e natural à vida em sociedade. Portanto, a cidadania é, nesse contexto, um processo que começou nos primórdios da humanidade e se efetivou por meio do conhecimento e da conquista dos direitos humanos, não como algo pronto, acabado, mas como aquilo que se constrói, se torna e vem a ser. Então, a fim de consubstanciar essas afirmações, serão abordados tópicos que pressupõe a existência de condições para que a cidadania seja exercida, como: regimes de governo; formas de governo; formas de Estado; voto; elegibilidade e abstenção.

No terceiro capítulo nomeado “As potencialidades sociais e políticas da internet”, vislumbrar-se-á o compartilhamento de informações propiciado pela rede de internet e como as novas tecnologias digitais de informação e comunicação, que se encontram à disposição de grande parte da população, revolucionaram as últimas décadas com a produção e difusão de conteúdos. A partir disso, o ciberespaço se tornou um local de participação cívica, no qual os cidadãos conectados podem expressar as suas opiniões e posições políticas, bem como a mobilidade das mídias sociais digitais - objeto deste estudo - estabeleceram uma nova estrutura em que o público não é mais apenas receptor, ele é o sujeito-usuário que faz parte do processo de produção e divulgação de notícias.

O quarto capítulo traz a metodologia utilizada ao longo deste estudo. Esta pesquisa foi de caráter bibliográfica e documental, seguida da abordagem quantitativo-qualitativa. A fim de possibilitar uma visualização, foram aplicados filtros e definidas categorias nas tabelas que possibilitaram agrupar as informações. No capítulo cinco, de análise e interpretação dos resultados acerca das eleições presidenciais em 2018 no Brasil, intercalaram-se as informações com os elementos gráficos que as ilustram, buscando validar as hipóteses levantadas no início da pesquisa e mensurando-as com os objetivos que foram atingidos, complementando, assim, o encadeamento dessa monografia. Por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão abordados neste capítulo os seguintes tópicos que servirão de fundamentação ao trabalho: Classificações de Governo, Regimes de Governo, Formas de Governo, Formas de Estado, Voto, Elegibilidade e Abstenção.

2.1 CLASSIFICAÇÕES DE GOVERNO

Abordaremos nesta seção do referencial teórico, três classificações diferentes utilizadas por Dias (2013), são elas:

- a) Regime político: na ciência política, é o nome que se dá ao conjunto de instituições políticas por meio das quais um Estado se organiza para exercer o seu poder sobre a sociedade. Na atualidade os regimes mais comuns são a democracia e a ditadura;
- b) Forma de governo: maneira pela qual é exercida a função de chefia do Estado, podendo ser uma monarquia ou uma república;
- c) Forma de Estado; é a maneira pela qual o Estado organizar o povo, o território e estrutura seu poder relativamente a outros de igual natureza, que a ele ficarão coordenados ou subordinados. O Estado pode ser unitário ou federado.

2.1.1 Breve histórico das classificações de governo

No decorrer da história, grandes filósofos se dedicaram a esse tema, podemos citar como principais exemplos Platão¹ e Aristóteles. Primeiramente, o discípulo de Sócrates separou os modelos de governo como se fosse uma linha de tempo em que a sucessão decorre da degradação do anterior. Nesse sentido, o primeiro modelo, denominado de *timocracia*, caracterizava-se como um regime que se fundamentava pela honra de seus governantes e pela estima e respeito que tal característica refletia diante da opinião da maioria dos gregos. Essa descrição corresponde com bastante precisão aos regimes de Creta e Esparta, que Platão tanto admirava pela capacidade de manter valores morais nos seus cidadãos e o desinteresse pelas riquezas (NAY, 2007, p.44).

¹ Profundamente pessimista, Platão foi o primeiro a tentar estabelecer uma tipologia das formas de governo e condenar suas expressões mais degradadas, antes de evoluir para uma abordagem mais realista da política (NAY, 2007, p.44).

Por conseguinte, a oligarquia, que é um governo de poucos, no qual a legitimidade da honra é substituída pela riqueza, foi o segundo modelo citado pelo filósofo ateniense. No modelo oligárquico, a hierarquia social passa a ser baseada na fortuna individual, despertando cobiças, estimulando ambições e, por fim, valorizando o desprezo aos mais humildes. Contudo, pontua Platão que, no decorrer do tempo, a massa de desprezados pode se insurgir e, por fim, insurgir-se e por fim a oligarquia (NAY, 2007, p.45).

Consequentemente, com crise instaurada no governo oligárquico, surge o regime democrático, caracterizado pela escolha de seus dirigentes por meio de um sorteio. Platão considera a democracia um regime afeto às causas das minorias e que se distancia dos afortunados, portando, afastando-se da premissa de um governo para todos, pois, com tal movimento, não mantém a paz nem a unidade na cidade. Além disso, o sorteio dos governantes promoveria à governança “uma massa de cidadãos incultos, escravos de suas paixões e de seus interesses imediatos, sensíveis à demagogia”; portanto, o sorteio conotava interesse e paixões a aparências enganosas da igualdade, submetendo o equilíbrio e a equidade à degradação de ambas a partir da participação política de uma pseudototalidade de cidadãos (NAY, 2007, p.45).

Com a democracia corrompida surge a tirania. Já cansada de um regime que encobria a razão com o véu das paixões que visavam outros interesses, grande parte da população procura um líder que subverta a lógica anterior e conduza a *polis* com equidade e justiça, afastando-a dos problemas gerados pela democracia. Assim, o povo dá poderes ao tirano para que ele governe de acordo com a sua consciência; contudo, a tirania mostra a sua face déspota e, logo, a violência se torna tanto sua forma de governar e manter a ordem quanto a injustiça sua forma de manter o poder (NAY, 2007, p.45).

Posteriormente, Platão propõe uma nova classificação baseada no respeito às leis como critério central. Desse modo, o filósofo aponta que, em relação ao respeito às leis, o melhor governo é o monárquico, após a aristocracia, que é o governo da minoria e, por último, a democracia, devido à incapacidade e à incompetência de seus gestores serem justos. Por outro lado, diante da corrupção e do desrespeito às leis, a ordem se inverte, sendo a tirania a pior forma de governo, a oligarquia na condição de meio-termo e, a melhor delas, a democracia, ou seja, o poder que emana do povo (NAY, 2007, p.47).

Aristóteles, considerado o pai do pensamento e da ciência política, também distingue as formas de governo pelo número de dirigentes (um, alguns ou todos); mas opta como segundo critério, ao invés do respeito às leis, a questão do “interesse comum”. Para ele, as formas de

governo se dividem em dois grupos: formas corretas e formas desviadas. E, a partir disso, obtém seis formas de governo, conforme o quadro 01:

Quadro 1 – A classificação das constituições segundo Aristóteles.

	Governo de um Só homem	Governo de uma Minoria	Governo do Povo
Busca do interesse Comum	Monarquia	Aristocracia	Política
Busca do interesse dos dirigentes	Tiranía	Oligarquia	Democracia

Fonte: O autor (2022) adaptado de NAY (2007, p. 51)

2.1.1.2 Regimes de governo

Os principais regimes de governo na atualidade variam entre a Democracia e a ditadura. Denomina-se ditadura, na linguagem política, o regime de um só governante, que desfruta da autoridade em virtude de uma afirmação pessoal. Nem sempre, porém, a palavra serviu para designar governos autoritários. No antigo Império Romano significava o contrário de um governo ilegítimo: o ditador era um magistrado supremo, nomeado pelo Cônsul, indicado pelo Senado e confirmado pelas Assembleias Populares. O mandato do ditador se limitava a seis meses, de tal modo que, mesmo exercendo poder absoluto, não era visto como um tirano, mas como salvador (NOGUEIRA FILHO, 2010, p.142).

Conforme Dias (2013, p. 168), as ditaduras se caracterizam por ostentar poderes extraordinários, em geral não constitucionais, que, geralmente, recorrem à violência para permanecerem no controle do Estado. Nesse sentido, ditaduras aos moldes das que ocorreram na Europa antes da Segunda Guerra (Hitler, Mussolini, Franco, Salazar, Stalin), e na América Latina durante a Guerra Fria, vêm se tornando cada vez mais raras, inclusive após a Primavera Árabe, que derrubou ditadores no Oriente Médio.

Segundo Dias (2013, p.168), em sentido estrito, “democracia é um sistema político (...) no qual as decisões coletivas são adotadas pelo povo através de mecanismos de participação direta ou indireta”. Em sentido amplo, “democracia é uma forma de convivência social na qual todos os habitantes são livres e iguais perante a lei e as relações sociais ocorrem de acordo com mecanismos contratuais”.

De modo geral, os regimes democráticos podem ser classificados em três espécies: a) Democracia direta, em que o povo exerce por si o poder, sem intermediários, sem representantes, conforme ocorre nos plebiscitos e referendos; b) Democracia representativa, na

qual o povo, soberano, elege seus representantes e outorga-lhes poderes para que, em nome deles e para o povo, governem o país; e c) Democracia semidireta ou participativa, que, conforme (LENZA, 2013, p. 1208), “constituiu um mecanismo capaz de propiciar, além de participação direta, concreta do cidadão, na Democracia representativa, controle popular sobre os atos estatais”

Então podemos constatar que, em nosso país, existe uma Democracia participativa ou semidireta, uma vez que temos representantes, mas também somos capazes de exercer diretamente o poder através dos plebiscitos e referendos.

Vejamos agora uma sintética perspectiva histórica sobre o desenvolvimento da Democracia.

2.1.2 Breve histórico da democracia

A Democracia (*demos* significa povo, e *kratos* significa poder, governo ou autoridade), tem suas origens na Grécia Antiga, nos tempos de Clístenes, considerado o pai da Democracia. Ele liderou a revolta popular que pôs fim à ditadura grega e realizou uma grande reforma política em Atenas, permitindo a participação do povo nas decisões públicas. Contudo, o método de escolha dos políticos ainda era por sorteio, pois acreditavam que as eleições levariam a aristocracia, e somente podiam ser eleitos aqueles que eram cidadãos atenienses (homens livres, nascidos na cidade-estado e maiores de idade) (VICENTINO, 2002). Assim, daquela época até o fim do século XIX, o conceito de cidadão sempre foi muito mais restrito do que o do povo. O direito de votar não abrangia mais do que 5% das populações (NOGUEIRA FILHO, 2010, p. 124).

A Democracia, como tantas outras instituições políticas, é fruto de uma longa e difícil transição histórica que começou nas cidades-estados da Grécia, desapareceu durante os impérios macedônico e romano e foi esquecida ao longo de toda a idade média e na maior partedo Renascimento. Sua construção, de fato, começou entre os séculos XVII e XVIII sob influência do iluminismo e tomou forma a partir da Revolução burguesa na França, em 1848, que pôs fim ao absolutismo monárquico, instaurando uma nova república e, ainda, universalizando o voto entre os homens (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 214). Portanto, percebe-se que, por muito tempo, o voto ficou adstrito a uma pequena parcela da população mundial, tendo como critério principal uma renda mínima que excluía a grande massa de tomar parte nas decisões políticas.

Contextualmente, segundo Norberto Bobbio, o respeito às normas e às instituições da democracia é o primeiro e mais importante passo para a renovação progressiva da sociedade. Para ele, a democracia é, no essencial, um método de governo, um conjunto de regras de procedimento para a formação das decisões coletivas, no qual está prevista e facilitada a ampla participação dos interessados. Em tempos de burocratização, corporativismo desenfreado e assembleísmo, nada mais

difícil que fazer respeitar as regras do jogo democrático. Já é esse, e não de hoje, o caso do Brasil. "A democracia não goza no mundo de ótima saúde, mas não está à beira do túmulo". Seu realismo está associado a uma paixão política e a uma convicção fundamental: apesar de seus defeitos, a democracia permite a esperança, pois pode ser melhorada. (NORBERTO BOBBIO, 1986, p. 5).

2.1.3 Formas de governo

Na atualidade, existem duas formas de governo preponderantes: a república e a monarquia. Conforme o dicionário Priberam, República é uma forma de governo em que o povo exerce a soberania por intermédio de delegados eleitos por ele durante um período determinado.

Sanseverino (2008, p. 18), aduz que, em relação à forma de governo, a república possui três características principais:

- a) **Temporiedade:** ao contrário da Monarquia, na República os mandatos são temporários e exigem a realização de eleições periódicas;
- b) **Eletividade:** na república cabe ao povo eleger os governantes, na qualidade de seus representantes, especialmente para exercer o poder político do Estado;
- c) **Responsabilidade (civil, política, administrativa, penal):** na república os governantes e os agentes públicos devem responder pelos seus atos.

O autor também leciona que as características da Monarquia se assentam, ao contrário da temporiedade republicana, na vitaliciedade do monarca, que se opõe à eletividade republicana. Logo, na monarquia, o poder é transmitido pela sucessão hereditária.

A definição comumente utilizada coloca a monarquia como a forma de governo em que o poder político se concentra em uma pessoa, que o exerce ou delega a outro. Grosso modo, a monarquia pode ser absoluta ou constitucional, sendo que, na monarquia absoluta, o poder político é exercido pelo monarca e a sua vontade é juridicamente mais alta, não dependendo de nenhuma outra. De outra banda, na monarquia constitucional, o monarca não tem poder absoluto, já que os seus poderes emanam da Constituição, sujeitando-se a ela. (ALONSO, 2013).

Visto isso trataremos agora, do histórico da república, que é a forma de governo adotada em nossa nação.

2.1.4 Breve histórico da república

A palavra vem do latim *res pública* que significa “bem público”. Conforme Lafer (1989), foi Cícero (106 a.C. a 43 a. C.) quem primeiramente conceituou o termo república, diferenciando a *res publica* de outras, como a *privata*, a *doméstica*, a *familiares*, estabelecendo desta forma a distinção entre os conceitos de público e privado. Como forma de governo, surgiu

mesmo tempo em que se iniciou o desaparecimento do modelo grego de cidades-Estado, momento em que ressurgiam pelo mundo as monarquias e os grandes impérios; desse modo, dentre essas cidades-estados estava Roma.

No período monárquico romano, o Senado foi criado para limitar o poder real, pois o rei já acumulava as funções executivas, judiciais e religiosas. A república, por sua vez, surgiu exatamente quando o rei Tarquínio, em 509 a.C. foi derrubado por um grupo de senadores que visavam pôr fim às intervenções reais no poder legislativo (VICENTINO,2002).

A inserção do regime republicano em Roma realçou o poder do Senado, que representava exclusivamente os interesses dos patrícios. O Senado controlava as finanças e a administração, além de decidir em questões de guerra. Seus membros eram vitalícios e além de legislar, decidiam todas as questões políticas internas e externas.

Com o fim da República Romana, passaram-se séculos até que se falasse novamente em tal forma de governo. Algumas cidades italianas como Veneza e Florença mantiveram formas de governo próximas à República, mas não iguais à Romana nem à atual.

Em sua obra “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, Nicolau Maquiavel descreveu o governo e a fundação do que considerava como a república ideal. O filósofo florentino faz contornos sobre o termo república e atualiza seu conceito alinhando um embate contra a monarquia absolutista (SIRAQUE, 2009, p. 29). A classificação aristotélica, baseada em três formas de governo, foi utilizada por Maquiavel durante suas primeiras obras, mas, posteriormente, quando começou a trabalhar no livro “O Príncipe”, foi substituída por uma classificação de apenas duas formas: monarquia e república (que englobou a aristocracia e a democracia).

Na metade dos séculos XVII e XVIII, ocorreram duas mudanças qualitativas que foram decisivas para a evolução política do mundo ocidental. A primeira foi a grande transformação econômica, científica e tecnológica: a revolução Industrial; a segunda, um amplo movimento de cunho intelectual que gerou o iluminismo. Estas transformações sepultaram o feudalismo, na medida em que a economia migrou da base agrária para o comércio e, posteriormente, para a indústria.

Em decorrência desses movimentos, foram desaparecendo as estruturas que mantinham a sociedade estamental², que se baseava nos privilégios decorrentes da condição social de cada indivíduo. Do declínio da aristocracia, surgiu a burguesia, que teve papel decisivo na evolução política dos séculos XVIII e XIX. (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 223).

² Grupo social caracterizado por possuir um modo de vida comum ou por desempenhar uma mesma função social: sociedade estamental composta por plebeus e aristocratas

O sucesso da independência americana em 1776 produziu um renascimento em torno da ideia de um governo republicano, tendo em vista que a monarquia representava um entrave aos interesses burgueses, diante da possibilidade de concorrer contra o rei. Então os europeus, particularmente os franceses, que até então só associavam a ideia de república às antigas cidades gregas, passaram a entender que essa aspiração podia ser também uma opção para eles (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 224).

Nesse contexto, a República surgiu com o objetivo de limitar todo poder absolutista, que em decorrência da Revolução Francesa (encabeçada pela burguesia), passou a representar a vontade popular, aproximando-se mais do significado que conhecemos hoje. Logo, a partir do século XVIII, a noção de República passa a evocar a ideia de um governo democrático, limitando o poder dos governantes, ensejando a responsabilidade política e a garantia das liberdades individuais (SIRAQUE, 2009).

Assim, de maneira sintetizada, buscou-se conceituar o signo República, que em sua totalidade é repleto de significados que se interligam pelo ideal do bem comum, na construção e manutenção da garantia dos direitos fundamentais de acordo com os ordenamentos estatais. Desse modo, seja a partir da sociedade de Estado (Estado Federal ou confederado) ou pelo Estado simples ou unitário que se encontram os elementos da posição do Estado (povo, território e poder político), caracterizando, portanto, a forma do Estado (Unitário, federado ou confederado) que doravante se conceituará.

2.1.5 Formas de Estado

Existem, na atualidade, duas principais formas de Estado existentes: a forma unitária, e a forma federada. De acordo com Lopes (2010), o Estado unitário é aquele em que há um único poder soberano sobre um único povo ou território; nesse contexto, o governo único tem plena jurisdição nacional, sem divisões internas que não sejam simplesmente de ordem administrativa, como é o caso da França.

Por outro lado, a federação ou unidade federativa é formada pela união de vários Estados que perdem a soberania em favor do poder central da União Federal. Lopes (2010) assevera que o Estado Federal se caracteriza pelo fato de que, “sobre o mesmo território e sobre as mesmas pessoas, se exerça, harmônica e simultaneamente, a ação pública de dois governos distintos: o federal e o estadual”. Por isso temos uma Constituição Federal e cada estado tem sua Constituição estadual.

Nogueira Filho (2010) ensina que o federalismo é a forma de Estado que se contrapõe ao Estado unitário, no qual a autoridade e o poder político estão concentrados num governo central. O Estado federado, ao contrário, é aquele em que a autoridade e o poder político se dividem harmonicamente em duas esferas distintas: o poder federal, exercido pelo governo central (a União, no caso do Brasil) e os poderes estaduais. O autor também aduz que a autonomia concedida aos Estados membros varia em maior ou menor grau, citando como exemplo, o Direito Penal, que no Brasil tem a competência da União (CF, art. 22, inciso I). Contudo, nos Estados Unidos, cada Estado pode estabelecer suas normas jurídicas sobre crimes, inclusive com aplicações diferenciadas em relação a temas polêmicos como a pena de morte.

Segundo Lopes (2010), são características do Estado Federal:

- d) Sistema judiciário com ampla competência, tendo na sua cúpula, um Supremo Tribunal Federal, que é o órgão de equilíbrio federativo e de segurança da ordem constitucional;
- e) Composição bicameral do Poder Legislativo, realizando-se a representação do povo na Câmara dos Deputados e a representação dos Estados-Membros no Senado;
- f) Apenas o poder central ou União detém a soberania frente aos Estados estrangeiros;
- g) Inexiste direito de secessão: uma vez feita a adesão os Estados não podem se retirar da federação; e
- h) Cada unidade da federação tem renda própria.

Assim, todas essas características estão presentes em nossa Constituição, como por exemplo, o artigo 1º que normatiza na República Federativa do Brasil sua união pela formação indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; e como no artigo 92, § 2º, afirmando que o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição em todo território nacional.

Vejamos agora, uma sucinta retrospectiva sobre o federalismo.

2.1.5.1 Breve histórico do federalismo

A forma federativa de Estado tem origem nos EUA, no ano de 1787. Surgiu das 13 colônias britânicas na América que proclamaram sua independência e formaram a Confederação dos Estados Americanos a fim de se proteger das ameaças da antiga metrópole inglesa. Contudo, nesse pacto ainda se permitia o direito de retirada e separação de secessão dos membros, gerando fragilidade perante iminentes ações britânicas. Os Estados Confederados, então, estruturaram as bases para a Federação norte-americana nas quais não mais se permitiria a secessão e em que cada Estado cedia parcela de sua soberania para um

órgão central, responsável pela centralização e unificação, formando os Estados Unidos da América (LENZA, 2013, p. 446).

Em nosso país, o ideal de descentralização política (forma federada) vem desde os tempos coloniais com as primeiras formas administrativas adotadas por Portugal: capitânicas hereditárias, feitorias, governadorias gerais. No Brasil império, apesar de o Estado ser juridicamente unitário, era dividido em províncias (LOPES, 2010, p.23).

Ao contrário do federalismo americano, a forma de governo implantado no Brasil surgiu de maneira centrífuga, isto é, partiu de um Estado unitário e centralizado (império brasileiro) para um Estado Federativo descentralizado. Isto ocorreu a partir do Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889, que proclamou também a forma republicana de governo. A Federação se consolidou com a Constituição de 1891, que instituiu em seu artigo 1º os Estados Unidos do Brasil (LENZA, 2013, p. 450). Por fim, durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) tivemos o retorno ao Estado unitário, sendo que a forma federativa somente se restabeleceu na Constituição de 1946.

A partir dessa introdução ao assunto, abordaremos agora a importância do voto.

2.1.6 Voto

Nesta seção do referencial teórico, apresentar-se-ão os aspectos históricos do voto, a elegibilidade e a abstenção respectivamente.

2.1.6.1 Aspectos históricos do voto

O voto, nos dias atuais, é a principal forma de empoderamento do povo brasileiro. Individualmente pode parecer pouco; entretanto, quando praticado por um coletivo, literalmente define os agentes políticos que representarão outros milhões de cidadãos e cidadãs, por um período não inferior a quatro anos. Neste capítulo os tópicos contemplados tratarão da importância do voto, seus aspectos históricos, além de algumas características.

Segundo Nogueira Filho, (2010, p. 446):

Nos regimes democráticos, o voto é o instrumento de legitimação do sistema Político, na medida em que representa a manifestação da soberania popular, por meio da qual os eleitores escolhem seus mandatários e estes são investidos da autoridade que exercem por delegação do povo. É a manifestação mais incontestável da soberania popular, nos regimes democráticos.

Historicamente, o berço do sistema de votação foram as civilizações greco-romanas, que divergiam do nosso sistema atual pelas características do processo, já que o voto era oral, aberto, e exclusivo para poucos. Por volta do século II a. C., os romanos tiveram a ideia de criar a urna para depositar os votos, possibilitando um processo eleitoral livre e sigiloso. Até o século XIX, o voto como direito a ser estendido a toda a população não era algo muito difundido, pois a participação de leigos era vista como prejudicial ao governo pelos mais abastados (SOUZA, 2013).

Conforme nossa Constituição Federal, o voto hoje é:

- a) Direto (o eleitor, de forma imediata, escolhe seus representantes);
- b) Secreto (assegura-se a liberdade de escolha e consciência);
- c) Universal (é assegurado a todos que preencham os requisitos legais)
- d) Periódico (Permite a fixação de mandatos temporários e alternâncias de poder).

Todavia, por muito tempo, ele permaneceu inacessível para a maioria da população brasileira e para a de outros países.

Após as grandes revoluções do século XVIII (Independência Americana, Revolução Francesa, Revolução Industrial), o voto permaneceu censitário até 1848. Nessa época eclodiu na Europa a Primavera dos Povos, movimento das camadas menos privilegiadas reconhecido pela luta diante das exigências de comprovação de renda para votar. Esse movimento mobilizou transformações na França, principalmente em relação ao aumento de eleitores. Nesse sentido, um mês depois da concessão do direito de voto a todos os cidadãos do sexo masculino e maiores de 21 anos, o eleitorado, que na época era de aproximadamente 250 mil votantes aumentou para 8 milhões de eleitores; um ano após as mudanças já ultrapassava os 10 milhões de votantes. Na Inglaterra da década de 30 do século XIX, antes das mudanças, os eleitores representavam 2,3% da população, na Suécia, em 1866, 5,7% e nos Países Baixos, em 1851, apenas 2,4%. (NOGUEIRA FILHO, 2012).

Segundo Koshiba e Pereira (1996), no Brasil, o voto evoluiu por meio das Constituições Federais, conforme segue:

- a) 1824, a Carta de D. I, que afastava a camada popular da política, ao condicionar a participação à renda estabelecia que tanto os eleitores como os candidatos deveriam ter uma renda mínima pré-estabelecida;
- b) 1891, a primeira republicana, permitiu o sufrágio universal com restrições: permitia o voto de todo cidadão maior de 21 anos, exceto mendigos, analfabetos, soldados, cabos, sargentos e religiosos de ordens monásticas;
- c) 1934, a primeira da Era Vargas, explicitava o voto feminino, instituía o voto secreto

e diminuía a idade de votação para maiores de 18 anos. Agora eram impedidos de votar os analfabetos, soldados, alunos de escolas militares, mendigos e os que estivessem privados de direitos políticos;

- d) 1937, a segunda da Era Vargas e a segunda outorgada no Brasil somente alteraram um impedimento: a partir dali nenhum militar em serviço ativo poderia votar;
- e) 1946, a primeira Constituição após a queda do Estado Novo instituiu o voto obrigatório e impedia o alistamento eleitoral dos analfabetos, daqueles que não soubessem se exprimir na língua nacional, dos privados de direitos políticos, além de soldados e cabos.
- f) 1967, durante a Ditadura Militar mantiveram-se os impedimentos da anterior.
- g) 1988, a Constituição Cidadã atribuiu alistamento e voto facultativos aos analfabetos, maiores de setenta anos, e aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Além disso, explicitou a incapacidade de estrangeiros serem eleitores, bem como dos brasileiros que estão cumprindo o serviço militar obrigatório.

Percebe-se nessa cronologia a expansão progressiva do direito de voto a toda à população, incluindo inicialmente aqueles que não podiam votar por não terem condições financeiras e, posteriormente, ao sexo feminino, até chegarmos à Constituição Cidadã, assim conhecida, por ter sido proclamada após o período ditatorial.

O poder do cidadão para escolher seus representantes, portanto, dá-se por intermédio do voto, que constitucionalmente, conforme já foi dito, é direto, secreto e de igual valor para todos. Existe, porém, no artigo 81, § 1º, da mesma CF 1988, uma exceção à regra: a eleição indireta de Presidente e Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional caso ambos os cargos vaguem nos últimos dois anos de mandato. Devido a sua importância, o voto é uma das cláusulas pétreas da Constituição, isto é, faz parte do rol dos dispositivos que não podem ser alterados, conforme o §4º, do artigo 60.

O voto conta ainda com algumas características intrínsecas, que no mundo jurídico, asseguram seu valor, consoante às palavras de Prestes (2009, p.27):

Mas, para que se assegure a veracidade do voto, este deve revestir-se de certas características, tais como, personalidade, liberdade e periodicidade. A personalidade se traduz através da impessoalidade do voto ser exercido por procuração ou adistância, só se concretizando presencialmente. A liberdade de escolha é essencial no processo democrático, que permite inclusive o voto em branco ou nulo. A periodicidade representa não só a repetição do ato de ir às urnas, mas também a renovação dos políticos, que possuem mandato com prazo determinado.

Assim, pode-se inferir que o voto é a vontade do povo explicitada, bem como um instrumento que possibilita o exercício da democracia e do revezamento nos cargos políticos, evitando que alguém se estabeleça no Poder e, ao mesmo tempo, garantindo a renovação de ideias no governo.

2.1.7 Elegibilidade

Segundo a obra “Vocabulário da Política” de Nogueira Filho (2010), elegibilidade nada mais é do que a condição que permite aos cidadãos serem candidatos aos cargos públicos eletivos. Nesse sentido, qualquer cidadão pode se candidatar aos cargos eletivos, respeitadas as condições expressas no artigo 14, parágrafo 3º da Constituição de 1988, a saber: nacionalidade brasileira; pleno exercício dos direitos políticos; estar alistado como eleitor; domicílio eleitoral na circunscrição (divisão territorial); a filiação partidária; e a idade mínima necessária, que varia de acordo com o cargo pretendido.

Assim, no Brasil, não podem se candidatar aos cargos eletivos: os estrangeiros não naturalizados, as pessoas que perderam ou estão com os direitos políticos suspensos, aqueles que não comprovarem seu alistamento eleitoral por meio do título de eleitor, aqueles que não moram na circunscrição (Brasil, Estado ou Município) em que almejam se eleger no período inferior a um ano antes da eleição, aqueles não filiados a partidos políticos, e, por fim, aqueles que não possuem a idade necessária para o cargo pretendido (Ex. 30 anos de idade para Governador).

Por conseguinte, ninguém pode ocupar cargo eletivo sem estar filiado a um partido. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou que os mandatos parlamentares pertencem aos partidos e não aos candidatos. Logo, atualmente, diz-se que os Estados contemporâneos são “Estados partidários” e as democracias igualmente “democracias partidárias”, já que não pode haver eleições sem que haja partidos, corroborando com a egrégia Corte (NOGUEIRA FILHO, 2010, p. 312).

Há ainda, em nossa Carta Magna, os casos de inelegibilidade que também se inserem no artigo 14, parágrafos 4º a 7º, a saber:

Art. 14 – [...] .

§1 – [...];

§2 – [...];

§3 – [...];

§4 - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos;

§5 - Os chefes do Poder Executivo nas três esferas de governo para um terceiro

mandato;

§6 - Os mesmos chefes do Poder Executivo para concorrer a outro cargo, caso não renunciem até seis meses antes das eleições;

§7 - Os parentes até segundo grau dos mesmos chefes de Poder Executivo em sua respectiva esfera (**Ex. filho do Governador do RS pode se candidatar a cargo em SC**) (BRASIL, 1988) – Grifo meu

§8 – [...];

§9 – [...].

Conforme o parágrafo 9º do mesmo artigo, a “Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de cessação”. A referida norma que o parágrafo menciona é Lei Complementar nº 64/1990, que no ano de 2010 recebeu alterações e inclusões de novos casos de impossibilidade de eleição, por intermédio do advento da Lei complementar nº 135, a chamada Lei da Ficha Limpa.

Vejamos agora um pouco sobre abstenção eleitoral.

2.1.8 Abstenção

Segundo o dicionário Priberam, abstenção pode ser considerada como a privação ou desistência voluntária de um direito político, cívico ou social. Conforme Pont (1999), ao analisar a crise de legitimidade³ do sistema representativo, afirma que “é inegável que, na maioria dos países de democracia liberal, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade”. Ou seja, conforme Homero (2007), se numa democracia, votar é condição necessária e fundamental de participação na esfera política, o aumento da não participação nas eleições, expresso tanto nas taxas de abstenção, quanto em votos brancos e nulos, pode pôr em dúvida a própria legitimidade das mesmas, pois revela que só uma parte do povo participa realmente das eleições. Desse modo, ainda segundo o mesmo autor, a explicação para a falta de participação nas eleições faz parte de um processo que se insere num contexto mais geral, no qual há se questiona a credibilidade dos partidos políticos, enquanto instância de representação, diante do declínio que se acentua e cria, assim, uma crise de representatividade política (HOMERO, 2007).

Subileau e Toinet (1989 *apud* Homero, 2007, p.44) analisando o absentéismo eleitoral na França, indicam que, em dada eleição, há um inequívoco rechaço às alternativas partidárias existentes, com uma oferta política incapaz de mobilizar os eleitores. Esse tipo de absentéismo

³ Democracia Representativa e Democracia Participativa. TNI. 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www.tni.org/en/article/democracia-representativa-e-democracia-participativa>. Acesso em: 17 mai 2022.

é chamado pelas autoras de “absenteísmo de protesto”. Trata-se de uma escolha deliberada por parte dos eleitores devido ao denominado “desencanto democrático”, resultado da “ausência de projetos críveis e ilustrado pelo descompasso entre os discursos nas campanhas eleitorais e a realidade”.

Narud e Valen (1996) explicam que o aumento da abstenção eleitoral na Noruega⁴, na década de 90, decorreu da formação de coalizões partidárias formadas por partidos tanto de esquerda, como de direita, fazendo com que tradicionais eleitores dos partidos de esquerda deixassem de votar em coalizões das quais participassem partidos de direita e vice-versa.

Essas características encontradas nos Estados europeus, certamente estão presentes em nossa realidade, sendo facilmente percebíveis pelos brasileiros que acompanham a política, não necessariamente de maneira contínua. O aumento da abstenção, portanto, pode ser visto como um sinal de que há algo errado.

⁴ NARUD, H. M.; VALEN, H. Declínio da participação eleitoral: o caso da Noruega. *European Journal of Political Research*. 1996. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00650.x>. Acesso em: 17 mai 2022.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Com o objetivo de tentar compreender como as plataformas digitais de comunicação propiciaram o debate e valorizaram a interação entre os internautas durante as eleições presidenciais de 2018, optou-se por buscar procedimentos metodológicos que fornecessem suporte necessário para este trabalho.

Nesse sentido, tendo em vista o caráter científico desta monografia, realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental acerca do objeto de estudo a fim de revisar a literatura existente. Desta forma, para Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Além disso, analisará publicações que se encontram em meios escritos e eletrônicos (FONSECA, 2002, p.32). Portanto, após o levantamento de obras publicadas sobre a teoria que direcionou o presente trabalho, reuniram-se e analisaram-se textos científicos que sustentassem a pesquisa, desse modo, conceituando Voto, Elegibilidade, Abstenção, Classificações de Governo, Regimes de Governo, Formas de Governo, Formas de Estado.

A parte documental da pesquisa se concretizou pelo estudo de 03 (três) plataformas digitais de comunicação para análise, a saber, g1, R7 e SBT, tendo em vista a conexão existente com os três maiores veículos de comunicação televisiva brasileira. O g1, portal de notícias hospedado na Globo.com, dá acesso em um só endereço, ao conteúdo de jornalismo da Rede Globo, da Globo News, das rádios Globo e CBN, dos jornais O Globo e Extra, das revistas Época e Globo Rural, entre outras. Seus princípios editoriais refletem a crença do grupo na contribuição da atividade jornalística para a construção de uma sociedade democrática e que detenha a garantia das liberdades individuais, da livre iniciativa, dos direitos humanos, da república, do avanço da ciência e da preservação da natureza. Por sua vez, o portal R7 (rede Record) é o segundo maior portal de conteúdo do país e o sétimo site mais visitado do Brasil. Como visto no veículo anterior, o conteúdo do Portal R7, também está disponível nos dispositivos *mobiles*. Por fim, o site do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) que pertence à emissora de mesmo nome e detém 97% de cobertura nacional por meio de suas 114 emissoras, considerada, dessa maneira, a segunda maior emissora do país e o maior canal de TV do mundo no *Youtube*. Logo, o SBT possui três pilares (família, diversão e informação), sendo que, em relação à informação, inscreve suas pautas na ética, na transparência e na excelência.

Para conseguir mapear as variações, tendências e padrões de postagens realizadas pelos internautas, em relação aos resultados das eleições presidenciais de 2018, realizaram-se visitas às plataformas escolhidas a fim de identificar o conteúdo das respostas e, com isso, responder ao objetivo geral da pesquisa. Contudo, é necessário reconhecer o caráter dinâmico

da pesquisa, pois, devido ao grande fluxo de postagens diárias, seria impossível analisar todo o conteúdo disponível. Desse modo, optou-se, primeiramente, pela abordagem quantitativa para analisar os números de interações dos usuários com as postagens, almejando a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise dos casos representativos a partir dos gráficos, quadros e tabelas, para melhor interpretação dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, logo, respondendo ao objetivo específico elencado como apresentação dos dados dos portais em relação às eleições de 2018.

Posteriormente, para a coleta de dados, a partir de parâmetros qualitativos, foi retomada a investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações com o contexto da pesquisa, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada contida na opinião dos participantes dos *chats e fóruns* na plataforma, concordância e discordância resultante das postagens. Muito importante destacar, que devido ao Grande fluxo de postagens e a volatilidade dos processos, a análise ocorreu a partir de uma única postagem: “Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções nulos e brancos passa de 30%”, no dia 28 de Outubro de 2018, no portal g1. Portanto, descrevemos não só a aparência do fenômeno como também suas essências (finalidade), relações (dialógicas ou não) e mudanças (amplitude para o debate, engajamento ou censura a partir do silêncio), buscando inferir as conseqüências resultantes da interação comunicacional direta das plataformas com seus leitores e entre os usuários, almejando, assim, arguir sobre o objetivo específico que se assenta nessa questão.

4. AS POTENCIALIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS DA INTERNET

A internet, como uma rede de compartilhamento de informações, e o surgimento de tecnologias digitais de informação e comunicação disponíveis a cidadãos comuns, revolucionaram a produção e divulgação de conteúdos nas plataformas e redes sociais. Gillmor (2005, p. 227) leciona que “a internet é o mais importante meio de difusão desde a invenção da imprensa”. A partir disso, reduziu-se a verticalidade existente nos meios de comunicação que detinham o monopólio de informação. Assim, atualmente, o ciberespaço abre canais virtuais para a participação cívica em que os cidadãos (usuários) expressam suas opiniões e posicionamentos políticos.

Gillmor (2005) ainda aduz que as novas tecnologias se beneficiaram da insatisfação dos cidadãos com os meios tradicionais, criando, assim, condições favoráveis para o advento das comunicações digitais. Nesse novo cenário, o público não é somente receptor, mas sim, parte do processo de produção e divulgação de conteúdos. Logo, a internet se inseriu no processo de comunicação da humanidade, oferecendo informações que possibilitaram a adoção de decisões em diversas searas do contexto histórico, social, político, econômico e cultural (ROCHA, 2014).

Como aponta Marcondes (2007), as tecnologias de informação e comunicação são poderosos instrumentos de mobilização social e ferramentas indispensáveis, na atualidade, para a ação cidadã. Desse modo, a atitude cívica por meio das tecnologias não é fruto da tecnologia em si como produto de consumo, mas de uma transformação no pensamento social determinada pela interação comunicativa que se realiza pela circulação de informações e pela diversidade de fontes informativas. Assim, a internet altera a forma de manipulação das notícias em função da oferta de contrainformação, engendrando novas formas de participação individual ou grupais nas discussões dos assuntos que dominam a esfera pública, possibilitando, portanto, que novos assuntos sejam trazidos à discussão pública (BENNET, 2004, p.25).

Nesse contexto, ao ampliar substancialmente a circulação de informações, descentralizando o processo de produção e a divulgação dos conteúdos, novas e diferentes vozes ganham poder de expressão nesse espaço virtual, que se articulam a partir da troca de ideias e estendendo a cidadania para o ciberespaço. Esse movimento descentralizador permite a construção de subjetividades que se encontravam distantes ou excluídas do processo de discussão política (MARCONDES, 2007). Logo, com o panorama das informações expandido pelo uso da internet, percebe-se que as tecnologias de informação e comunicação melhoram as oportunidades de participação dos cidadãos e a democracia se oxigena.

No entanto, faz-se necessário questionar se o uso social das tecnologias digitais mobiliza novas formas de participação política e, de fato, incluem novos atores sociais neste processo. Polat (2005) assevera que a internet tem potencial para fornecer informações e aproximar os cidadãos do conhecimento sobre as questões políticas. Porém, argumenta que tal possibilidade se baseia em suposições de que os usuários são suficientemente interessados em obter as informações relevantes, assumindo também que eles têm o acesso e as capacidades necessárias para interpretar as informações.

Rogers e Malhotra (2000) aduzem que a internet tem um fator de engajamento que pode ser exemplificado a partir das interações que ocorrem *online* e enriquecem as relações interpessoais, desenvolvendo as relações sociais e construindo a ideia de comunidade, ainda que virtual. Entretanto, a controvérsia acerca da fala dos autores reside na possível amplificação daqueles que utilizam a rede e já são politicamente ativos. Contudo, Vaccari (2013) leciona que as questões envolvidas nesse novo engajamento político envolvem o relacionamento entre informação política e o interesse que os cidadãos têm por esta informação, sendo que a participação política ultrapassa a rede, sai do modo *online* e migra para o *off-line*. Dessa maneira, o interesse na política precede a ação de buscar informação política, permitindo que os usuários selecionem os conteúdos, consigam fugir das notícias falsas que estão expostos e decupem *off-line* o conteúdo acessado, tornando-se, assim, uma esfera pública virtual.

Segundo Gomes (1999), o conceito de esfera pública se assenta no debate deliberativo, que é essencial para a democracia e se exemplifica nas casas parlamentares ou associação de moradores; no debate não deliberativo, para fins informativos a partir de uma conversa civilizada que ocorre em situações cotidianas, sem marca de formalidade; e na esfera da exposição ou visibilidade pública, ocorrendo especialmente por meio da mídia de massa. Habermas (1962) reconhece diferentes formas de esfera pública e as organiza como: episódica (bares, cafés, encontros na rua), organizada (reuniões de pais, oficiais em visita ao teatro, shows de rock, reuniões partidos ou conferências de igrejas) e abstrata (produzida pelos meios de comunicação a partir de leitores, ouvintes, telespectadores e disseminação global).

Dahlgren (2005) argumenta que a esfera pública não é garantia para a democracia, pois há diversos tipos de informação política e debates em circulação. No entanto, é necessário que haja conexões estruturais entre os espaços de circulação da comunicação e os processos de tomada de decisão decorrentes dessa mobilização. Ou seja, a circulação de informação deveter indicadores de impacto que irão mostrar evidências de que a interação dialógica política entre os usuários tem consequências, caso contrário, pode causar o desengajamento político.

Polat (2005, p. 449) acrescenta que a internet não é universalmente acessível pelo público. Contudo, embora essa limitação desigual e fragmentada, ainda há potencial para aumentar a participação política em torno de grupos de discussão online. Para o autor (2005), ainda que muitos cidadãos não formem uma esfera pública, uma ação que se inicie a partir de comunidades *online* em plataformas, nas quais os participantes discutam seus direitos como cidadãos, ter-se-á uma possibilidade de deliberação política *online* que reduzirá a assimetria democrática.

Assim, a internet tem a capacidade de abrigar múltiplas arenas de interação e discussão justamente porque é uma rede pública de comunicação que abriga a formação espontânea de opiniões. Porém, segundo Marques (2006), o espaço de conversação virtual, ou seja, as discussões em fóruns *online* e *chats*, quando relacionados à esfera pública virtual poderão atuar como um espaço para a formação de opinião e não como um espaço de tomada de decisões.

4.1 Uso das plataformas de notícias no Brasil

Conforme já visto na seção anterior, os avanços das tecnologias digitais da informação e comunicação e as apropriações a partir do uso delas, no contexto da globalização, implicaram na modificação e, conseqüentemente, ampliação dos processos de produção e circulação de conteúdos. Logo, essa relação entre sujeito, sociedade e tecnologia tem evoluído ao longo do tempo e, portanto, trazendo alterações nos processos sócio comunicativos.

Segundo Recuero (2009) as plataformas nas quais circula conteúdos de cunho jornalístico são constituídas de modo paralelo, sendo que de ambos os lados há atores sociais e suas conexões. Contudo, cada ator social tem a sua gama de conhecimentos gerais acerca de determinado conteúdo e suas motivações para criar o conteúdo, lê-lo ou simplesmente replicá-lo.

Nesse contexto, com as mudanças observadas nas práticas de produção e disseminação de conteúdos e informação, vislumbra-se que os portais e sites de conteúdos jornalísticos, que se inserem no contexto das grandes mídias de comunicação, adaptaram-se à realidade tecnológica, social e cultural (JENKINS, 2008). Portanto, é no dia a dia que sujeitos-leitores interagem com sujeitos-produtores e se revelam a partir de práticas dialógicas na replicação de conteúdos pelo uso de aparelhos móveis, logo, fazendo circular e recircular conteúdos diversos.

Nesse contexto, vislumbra-se a possibilidade da interatividade comunicativa pelo fato de os usuários se exprimirem, de modo reativo, a partir da previsibilidade do conteúdo postado

ou, de maneira mútua, baseada no construtivismo de Piaget e na pragmática comunicacional, pois a reação poderá ser imprevisível, contudo negociada a partir da interação dialógica dos *chats* e *fóruns*, inclusive ocorrer de paralelamente (PRIMO; CASSOL, 2014). Sendo assim, a interatividade permite uma comunicação mais horizontalizada, seja mútua ou reativa, portanto, essencial para a participação do cidadão, jornalista ou usuário. Canavilhas (2014) aponta que nem sempre a oferta de notícias é suficiente para alterar o comportamento dos cidadãos, ou seja, causar um engajamento diferenciado diante de temas de relevância social, pois algumas ferramentas de interatividade, como a de comentários, não se convertem em alternativa para interação com o meio se não forem acionadas para fins de compartilhamento nas redes sociais dos usuários. Logo, depreende-se que rede social, para fins de interatividade, é uma metáfora utilizada para “o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema para relacionar-se”, discutir e atuar politicamente diante de uma situação (RECUERO, 2010, p. 3).

Dessa maneira, além de possibilitar informação, visibilidade, conversação e participação, a internet, as redes sociais e a plataformas de mídias podem ser apontadas como o principal canal de influência para a escolha de candidatos que concorrem aos pleitos eleitorais, principalmente, ao cargo de presidente do país. E a resposta é simples: o grau de influência que essas plataformas e redes exercem nos usuários acerca da escolha de seus candidatos, expandindo, assim, o exercício da cidadania para além de práticas eleitorais comuns (LEVY, 1996).

4.2 A participação política ampliada pelas tecnologias digitais

Não há como negar que a virtualização causada pela internet ampliou a participação cidadã a partir de iniciativas governamentais e autônomas que foram criadas almejando o engajamento dos usuários em questões de interesse público. Nesse sentido, os usuários da internet, de modo progressivo e de acordo com suas possibilidades digitais, colocam-se como agentes ativos de ações participativas, desempenhando a tendência natural de socializar por meio da discursividade, reagindo, de modo crítico ou não, aos mais diversos assuntos e espalhando-os, de acordo com os seus interesses, por meio das diversas modalidades de mídias disponíveis. Destarte, atualmente, é possível que os cidadãos assumam diversas causas públicas e engajem-se como um todo social a fim de alcançar objetivos comuns e compartilhados por intermédio de participações e atuações em fóruns, grupos de discussões, petições *online*, blogs, plataformas jornalísticas e mídias sociais.

Martino (2015, p. 58) leciona que as ações realizadas pelos cidadãos na internet se articulam com aquelas desempenhadas por eles no cotidiano. Desse modo, conforme o autor, o mundo real é deslocado para as redes sociais e plataformas digitais e lá, no ambiente virtual, as discussões geradas são capazes de causar impactos, atitudes e ações que serão refletidas no mundo físico.

Com a promulgação da Constituição de 1988 institucionalizaram-se novas formas de participação, que segundo Avritzer (2008), podem ser elencadas como: a) participação convencional (refere-se ao voto e atividades partidárias); b) participação não convencional (referem-se a petições *online* ou *off-line*, protestos e boicotes; c) participação institucional direta (por meio de conselhos, audiências públicas, orçamento participativo (*online* ou *off-line*)); e d) participação informal (refere-se a discussões políticas cotidianas (sejam elas realizadas *on-line* ou *off-line*)).

Sendo assim, o fenômeno da potencialização de manifestações no ambiente virtual das redes sociais e das plataformas digitais de comunicação, que se expande progressivamente com a informatização e a digitalização dos canais e ferramentas de comunicação, desencadeia o aumento do número de usuários, nativos digitais ou não, e de comunidades virtuais. Portanto, o uso coordenado da internet e de toda a sua rede multimodal é reconhecido como ferramenta de mobilização dos segmentos sociais que almejam espaços de representação coletiva visando à participação política.

O próximo capítulo apresenta a análise dos dados coletados nos sites sob investigação.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa em tela tem o objetivo de analisar como 03 (três) plataformas digitais de comunicação propiciaram o debate e valorizaram a interação entre os internautas durante as eleições presidenciais de 2018, bem como descrever variáveis acerca da finalidade, das relações dialógicas e da amplitude para o debate, engajamento ou censura, inferindo as consequências resultantes da interação comunicacional direta das plataformas com seus leitores e entre os usuários. Os portais escolhidos foram: g1, R7 e SBT, tendo em vista a conexão existente com os três maiores veículos de comunicação televisiva brasileira.

Desse modo, o portal de notícias g1, hospedado na Globo.com, dá acesso em um só endereço, ao conteúdo de jornalismo da Rede Globo, da Globo News, das rádios Globo e CBN, dos jornais O Globo e Extra, das revistas Época e Globo Rural, entre outras. O portal R7 (da rede Record) é o segundo maior portal de conteúdo do país e o sétimo site mais visitado do Brasil, conforme dados da ComScore (Figura 1). Como no veículo anterior, o conteúdo do Portal R7, também está disponível nos dispositivos *mobiles*. Por fim, o site do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) que pertence à emissora de mesmo nome e detém 97% de cobertura nacional por meio de suas 114 emissoras, considerada, dessa maneira, a segunda maior emissora do país e o maior canal de TV do mundo no *Youtube*.

Para conseguir mapear as variações, tendências e padrões de postagens realizadas pelos internautas, em relação aos resultados das eleições presidenciais de 2018, realizaram-se visitas às plataformas escolhidas a fim de identificar o conteúdo das respostas e, com isso, responder ao objetivo geral da pesquisa.

A figura 1, abaixo, reproduz as informações que caracterizam os veículos utilizados para a análise, a saber, Portal g1, Portal R7 e site do SBT; logo, trazem à luz o conjunto de aspectos que aproximam ou diferenciam essas plataformas digitais, a partir de análise realizada pelo site de recomendações *mybest*.

Figura 1 – Descrição dos sites analisados

CASE	g1	R7	SBT
Destaque	Melhor Site de Notícia, Atualizado 24h por Dia	O Portal de Notícias da Record TV	Maior Canal de TV no Youtube
Filtros	Editorias, regiões, programas de TV e conteúdos extras	Editorias, regiões, programas de TV e conteúdos extras	Editorias, regiões, programas de TV e conteúdos extras
Conteúdos Extras	Blogs, colunas, podcasts e vídeos	Blogs, podcasts e vídeos	Blogs, colunas, podcasts e vídeos
Principais Recursos	Criar cadastro, comentar, destaque de notícias e assinar newsletter	Destaque de notícias, assinar newsletter, aumentar e diminuir a fonte e ouvir o texto	* Sem Cadastro ** Com Cadastro
Grupo de Comunicação	Globo	Record TV	SBT
Oferece Assinatura	Sim	Não	Sim
Aplicativo	Sim (Android e iOS)	Sim (Android e iOS)	Sim (Android e iOS)
Fundação	1965	1953	1961

Fonte: Adaptado do original pelo autor (2022) Disponível em: <https://mybest-brazil.com.br/20702>

Para a coleta de dados foi necessário realizar procedimentos de visitação aos portais e sites escolhidos almejando identificar quais instrumentos e estratégias são utilizados pelos portais, bem como explorar as informações referentes à forma de abordagem às eleições de 2018, descrevendo se elas permitem ou não a interação entre os internautas, e identificar esses instrumentais

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE MÍDIA

O portal de notícias g1 foi lançado no dia 18 de setembro de 2006. Hospedado na Globo.com, o g1 dá acesso em um só endereço, ao conteúdo de jornalismo da Rede Globo, da Globo News, das rádios Globo e CBN, dos jornais O Globo e Extra, das revistas Época e Globo Rural, entre outras. No ano de 2015, foi criado, no mesmo portal, um estrato digital denominado g1 em Um Minuto, que oferece a síntese das notícias com boletins diários veiculados na programação da rede Globo com as principais notícias do portal. Dessa maneira, os princípios editoriais do portal em tela refletem a crença do grupo Globo na contribuição da atividade jornalística para a construção de uma sociedade democrática que garanta as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, o avanço da ciência e a preservação da natureza.

Por seu turno, o Portal R7 (do grupo Record) é a segunda maior plataforma de conteúdo do país e o sétimo site mais visitado do Brasil, conforme dados da ComScore (Figura 2),

empresa americana que monitora a audiência das maiores redes de televisão, propriedades de mídia digital, marcas, agências e estúdios de cinema do mundo, pioneira na medição de público. O conteúdo do Portal R7 também está disponível nos dispositivos *mobile*, e a interatividade com o usuário ocorre por meio do compartilhamento de conteúdo por redes sociais Facebook, Twitter e Instagram. Entretanto, nesse cenário, inexistente a opção de comentar notícias, bem como, não oferece opção de assinatura.

Figura 2 – ComScore ranking Julho/2021



Fonte: Adaptado do original pelo autor (2022) – Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/imprensa/metropoles-entra-para-o-top-3-dos-sites-de-noticias-mais-lidos-do-pais>

A figura 2 reproduz o ranking dos vinte veículos digitais mais acessados no Brasil em julho de 2021. Dentre estes, destaque para o primeiro e o segundo lugar, (globo.com e Portal R7), respectivamente. Ou seja, duas mídias digitais escolhidas como campo de pesquisa nesse trabalho em particular, ocupam as primeiras posições. Por outro lado, apesar de não existir

referência ao site do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) nesse ranking, ele é o maior canal de TV do mundo disponibilizado pelo *YouTube*. Fonte: sbt.com.br/variedades/sbt-na-web/fiquepordentro/97244-sbt-se-torna-o-maior-canal-de-tv-do-mundo-no-youtube

Ressalta-se que a emissora SBT⁵ detém 97% de cobertura nacional por intermédio da sua sede em Osasco, no Estado de São Paulo, além de suas 114 afiliadas e 8 regionais, portanto, ostentando o título de segunda maior emissora do país. Já, no *YouTube*, a emissora possui aproximadamente 77 milhões de inscritos, recebendo mais de 11 milhões de visitantes únicos/mês e com 99,5 milhões de *page views*/mês. O SBT possui três pilares (família, diversão e informação), sendo que, em especial, no quesito informação, aposta na máxima: “*informar bem para melhor formar o nosso povo e a nossa gente*”. Por fim, em relação à informação, sua relação com os fatos noticiados se assenta nos valores, na ética, na transparência e na excelência.

Apesar de possibilitar o compartilhamento de conteúdo em redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, etc, característica presente nas outras plataformas digitais, como por exemplo, a participação por *Whatsapp* ou por telefone, em tempo real, enquanto o programa é apresentado, a saber: telejornais, documentários, pesquisas, entre outros.

De fato, os meios de interação disponibilizados para os internautas se estruturam de modo a pôr em prática a forma de trabalho do SBT, além de contemplar e conciliar a grade de programação dessa emissora de TV. Assim, esses instrumentos de interação descritos replicam as temáticas produzidas pela plataforma digital do SBT, objetivando agradar diversos perfis de leitores e a aproximando, em tese, das outras plataformas pesquisadas.

Ademais, cabe ressaltar que o Portal g1 tem como diferencial, contrapondo-se dos demais à possibilidade de interagir com os internautas, permitindo que os seus usuários possam comentar as postagens realizadas e compartilhá-las ou não em suas redes sociais.

⁵ Quem somos. Sistema Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/institucional#quem-somos> Acesso em: 18 mai 2022.

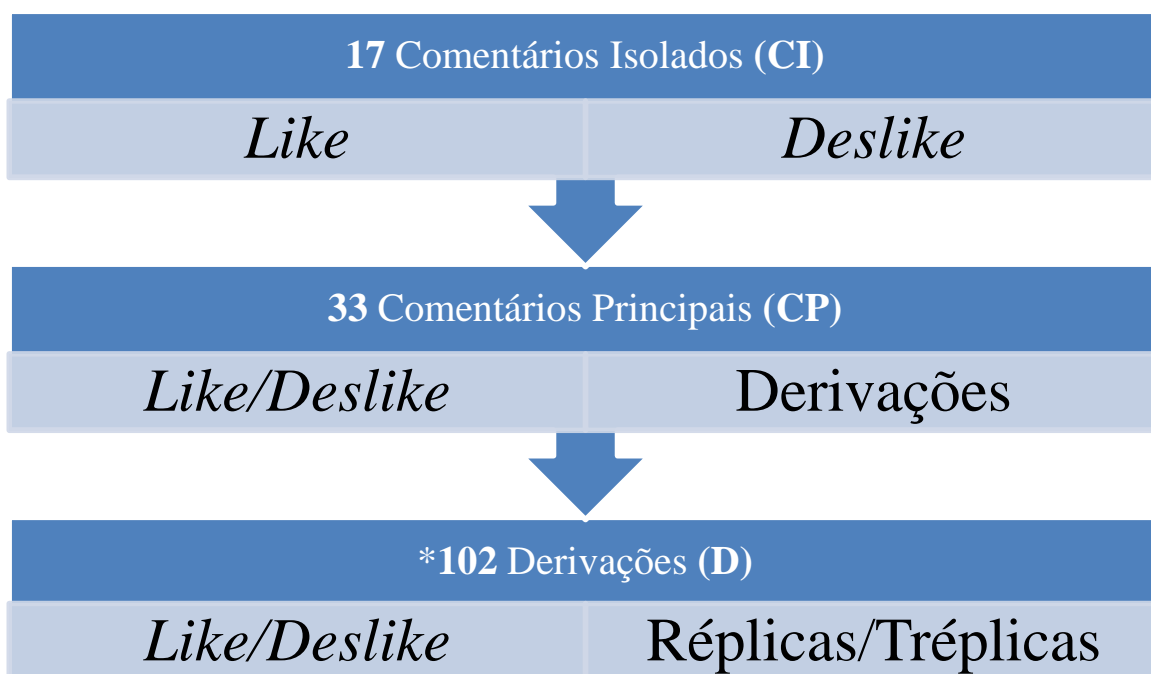
5.2 ESTRATIFICAÇÃO DOS DADOS

Com a finalidade de estruturar as informações obtidas, em especial aquelas postadas no portal g1, já que esse foi o portal que atendeu ao critério necessário à pesquisa de permitir comentários em suas postagens, segue a análise em que serão mensurados os dados colhidos:

No dia 28 de outubro de 2018, o portal g1 publicou o seguinte enunciado: “*Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%*”

Após a publicação, foram identificadas na plataforma 152 (cento e cinquenta e dois) comentários de internautas, assim classificados:

Figura 3 – Classificação dos Comentários

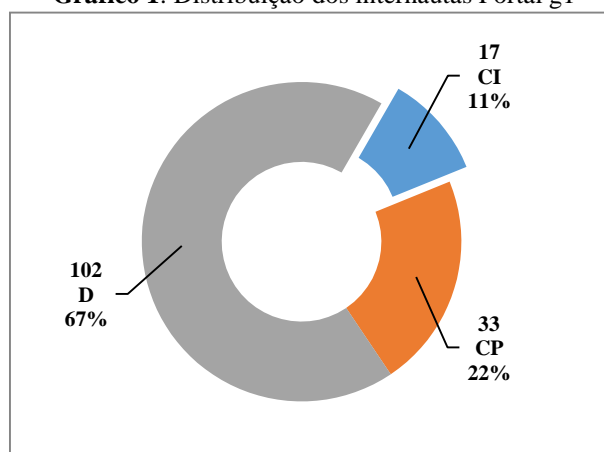


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

*102 (cento e duas) derivações (D), a saber, mobilizações discursivas com registros textuais heterogêneos que possuíam desvios de resposta, em relação ao comentário originário.

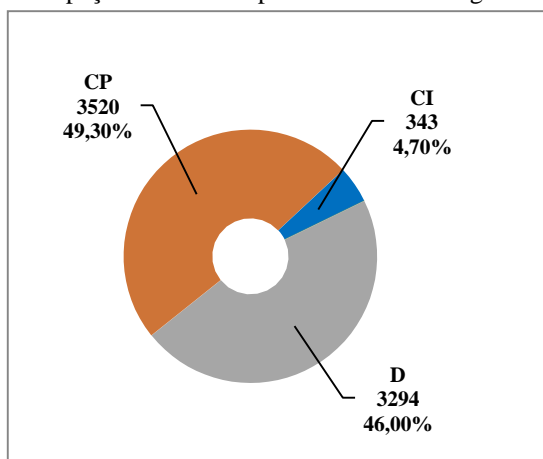
Dessa maneira, ilustra-se esse cenário no Gráfico 1:

Gráfico 1: Distribuição dos internautas Portal g1



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em relação à participação dos demais internautas referentes aos 152 comentários registrados na plataforma g1 como descritos acima, foram identificados sete mil cento e cinquenta e sete (7.157), manifestações que derivaram desses 152 que foram definidos como iniciais conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Participação internautas pós-comentários originários no portal g1

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nesse sentido, observou-se o aumento considerável de internautas, após os 152 comentários iniciais que foram mobilizados à participação oportunizada pelo portal g1. Dessa maneira, segundo Costa (2006), o aumento na interação após os comentários iniciais de uma postagem é decorrente da integração do indivíduo na sociedade.

Por conseguinte, a soma dessas potências de vontade mobilizará a atitude consciente mediante a informação adquirida sobre a eleição, projetando, assim, uma maior probabilidade de comparecer à eleição e votar, e, logo, exercer a cidadania, embora sejam tortuosos os (des) caminhos virtuais, conforme leciona Carvalho:

“Não ofereço receita da cidadania. Também não escrevo para especialistas. Faço convite a todos os que se preocupam com a democracia para uma viagem pelos caminhos tortuosos que a cidadania tem seguido no Brasil. (CARVALHO, 2005, p. 13).

5.2.1 Estratificação quantitativa dos dados obtidos

Conforme as observações realizadas ao longo do trabalho, vislumbraram-se os dados obtidos no portal g1: A reação ao enunciado: “*Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%*”, que foi noticiado pelo portal g1, será representado, em termos quantitativos, da seguinte maneira:

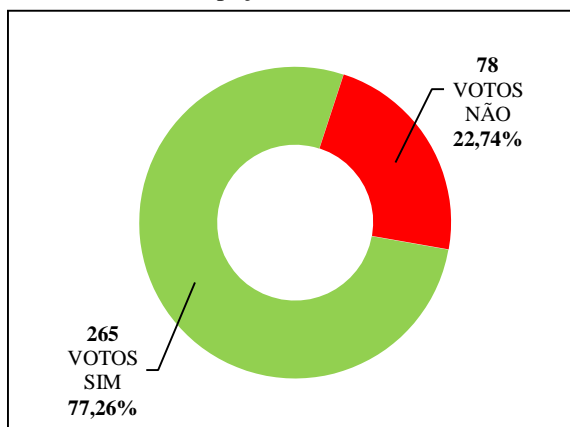
Abaixo, na tabela 1, foram construídas cinco colunas, sendo que, na primeira delas constarão dezessete posições estruturadas de modo hierárquico. Assim, os números dispostos na coluna cinco representam o somatório das concordâncias (SIM) e discordâncias (NÃO) dos dados oriundos da pesquisa realizada no portal g1. Nesse sentido, essa disposição deu origem à coluna um. Por último, a coluna dois, identificada pela sigla CI (comentários isolados), recebeu essa denominação em razão de não apresentar réplicas nem tréplicas em resposta às argumentações apresentadas na origem, originando, assim, os comentários isolados.

Tabela 1: Estratificação Comentários Isolados – CI

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5
RANKING	CI	SIM	NÃO	TOTAL
1 ^o	17^o	77	0	77
2 ^o	1^o	45	6	51
3 ^o	15^o	44	1	45
4 ^o	7^o	9	16	25
5 ^o	12^o	9	16	25
6 ^o	16^o	0	22	22
7 ^o	14^o	16	2	18
8 ^o	4^o	15	1	16
9 ^o	13^o	12	4	16
10 ^o	8^o	9	1	10
11 ^o	9^o	9	1	10
12 ^o	5^o	4	3	7
13 ^o	3^o	6	0	6
14 ^o	11^o	2	4	6
15 ^o	10^o	4	1	5
16 ^o	2^o	3	0	3
17 ^o	6^o	1	0	1
		265	78	343

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

De modo concomitante, a fim de ampliar e complementar a análise dos dados apresentados na tabela 1, produziu-se o gráfico 4 abaixo com o intuito de reproduzir, em termos percentuais, os números revelados na tabela um. Ou seja, as dezessete posições apresentadas hierarquicamente correspondem a 100% dos comentários isolados. Na medida em que se considera importante conhecer como se deu a distribuição da opinião dos internautas nesse cenário:

Gráfico 3: Participação/Comentários Isolados – CI

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Diante do exposto, percebe-se tanto na tabela 1 quanto nos percentuais representados no gráfico 4 que os números expostos estão em ascendência em relação ao ponto inicial de participação, ou seja, de 152 ocorrências, naquele momento, para 343 comentários. Igualmente, na tabela 2 a seguir, também foram construídas cinco colunas. Entretanto, na primeira delas, constam trinta e três posições estruturadas hierarquicamente. Logo, os números dispostos na coluna cinco representam o somatório de concordâncias (SIM), na coluna três, o somatório de discordâncias (NÃO), na coluna quatro, os dados retirados do Portal g1. Por último, na coluna dois, identificada pela sigla CP (Comentários Principais), estão registradas as posições originais dos comentários principais.

Tabela 2: Estratificação Comentários Principais – CP

RANKING	CP	SIM	NÃO	TOTAL
1º	16º	137	467	604
2º	13º	148	171	319
3º	3º	74	195	269
4º	14º	227	38	265
5º	32º	243	16	259
6º	17º	41	179	220
7º	4º	151	38	189
8º	15º	48	105	153
9º	6º	88	39	127
10º	29º	117	2	119
11º	8º	65	32	97
12º	24º	20	64	84
13º	30º	80	2	82
14º	26º	58	8	66
15º	27º	62	2	64

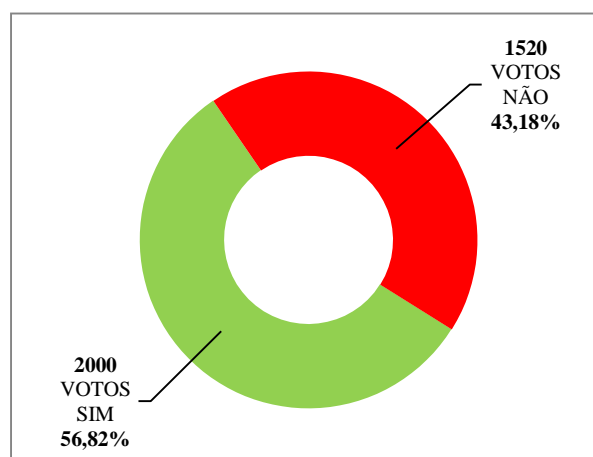
16 ^o	2 ^o	50	11	61
17 ^o	1 ^a	49	10	59
18 ^o	32	52	7	59
19 ^o	11 ^o	17	40	57
20 ^o	20 ^o	38	15	53
21 ^o	23 ^o	39	7	46
22 ^o	22 ^o	37	4	41
23 ^o	28 ^o	23	17	40
24 ^o	9 ^o	36	3	39
25 ^o	5 ^o	34	3	37
26 ^o	21 ^o	10	12	22
27 ^o	18 ^o	09	10	19
28 ^o	25 ^o	6	12	18
29 ^o	19 ^o	8	7	15
30 ^o	12 ^o	11	3	14
31 ^o	31 ^o	10	1	11
32 ^o	10 ^o	10	0	10
33 ^o	7 ^o	2	0	2
		2000	1520	3520

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Os dados dispostos na tabela 2 revelam que o número de participantes aumentou consideravelmente nessa variável (CP), considerando-se que esse processo teve início a partir de 33 comentários. Ademais, as 3.520 participações registradas reforçam essa percepção. Por fim, pode-se considerar que a diferença numérica existente entre os participantes que concordam e os que não concordam. Desse modo, tais informações podem nos levar a múltiplas interpretações em decorrência da necessidade de complementação de informação qualitativa relativa aos comentários principais, possibilitando, logo, a contextualização dos dados e das informações.

O gráfico 4, abaixo, vislumbra os dados apresentados até o momento.

Gráfico 4: Participação – Comentários Principais – CP



Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir, apresenta-se a tabela 3, que se refere às derivações (D), composta por 103 posições e pelos números correspondentes aos registros encontrados no Portal g1. Igualmente, percebesse ao observar esses números que na maioria absoluta dos casos, são de pessoas que concordam com o enunciado principal, só para exemplificar. Esperamos que a apresentação dessa tabela 3, de forma complementar, aumente a possibilidade de compreensão desse trabalho de pesquisa.

Tabela 3: Estratificação Derivações – D

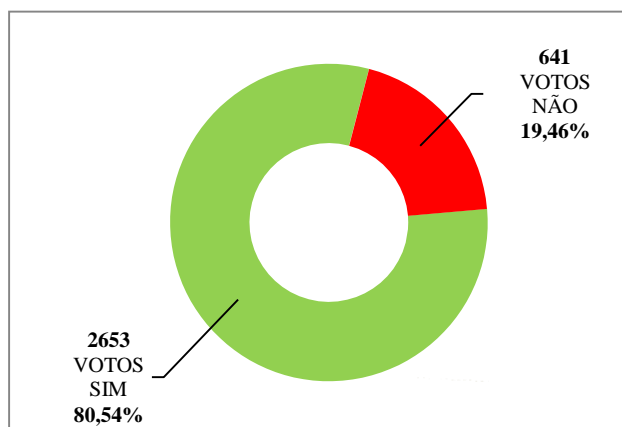
RANKINºG	D	SIM	NÃO	TOTAL
1º	63º	344	22	366
2º	64º	220	7	227
3º	65º	148	9	157
4º	75º	102	8	110
5º	66º	117	4	121
6º	9º	78	15	93
7º	18º	83	2	85
8º	10º	16	59	75
9º	11º	65	8	73
10º	74º	55	4	59
11º	67º	55	3	58
12º	46º	51	5	56
13º	102º	51	3	54
14º	97º	47	4	51
15º	19º	50	0	50
16º	39º	33	17	50
17º	76º	47	3	50
18º	101º	45	5	50
19º	20º	48	1	49
20º	21º	41	8	49
21º	47º	43	6	49
22º	54º	47	2	49
23º	8º	6	42	48
24º	40º	24	22	46
25º	69º	7	34	41
26º	70º	10	31	41
27º	98º	17	24	41
28º	17º	25	11	36
29º	12º	31	3	34
30º	48º	14	20	34
31º	32º	21	12	33

32°	25°	27	4	31
33°	30°	24	7	31
34°	83°	26	4	30
35°	36°	28	1	29
36°	68°	25	4	29
37°	95°	29	0	29
38°	13°	11	14	25
39°	59°	24	1	25
40°	44°	20	4	24
41°	50°	18	6	24
42°	15°	18	5	23
43°	41°	8	15	23
44°	42°	12	9	21
45°	2°	15	5	20
46°	3°	14	6	20
47°	7°	13	7	20
48°	51°	10	9	19
49°	56°	2	17	19
50°	60°	15	4	19
51°	91°	15	4	19
52°	52°	14	4	18
53°	92°	18	0	18
54°	37°	17	0	17
55°	90°	13	4	17
56°	94°	3	14	17
57°	55°	15	1	16
58°	58°	15	0	15
59°	71°	9	6	15
60°	99°	14	1	15
61°	33°	11	3	14
62°	72°	10	4	14
63°	82°	14	0	14
64°	100°	8	6	14
65°	1°	13	0	13
66°	77°	11	2	13
67°	86°	13	0	13
68°	5°	11	1	12
69°	23°	12	0	12
70°	29°	3	9	12
71°	45°	6	6	12
72°	49°	1	11	12
73°	80°	1	11	12

74 ^o	93^o	6	6	12
75 ^o	57^o	11	0	11
76 ^o	61^o	8	3	11
77 ^o	103^o	10	1	11
78 ^o	34^o	10	0	10
79 ^o	4^o	2	7	9
80 ^o	28^o	8	1	9
81 ^o	31^o	9	0	9
82 ^o	62^o	7	2	9
83 ^o	78^o	7	2	9
84 ^o	16^a	2	5	7
85 ^o	89^o	5	2	7
86 ^o	22^o	5	1	6
87 ^o	24^o	6	0	6
88 ^o	85^o	5	1	6
89 ^o	38^o	5	0	5
90 ^o	43^o	3	2	5
91 ^o	27^o	3	1	4
92 ^o	84^o	4	0	4
93 ^o	14^o	1	2	3
94 ^o	53^o	2	1	3
95 ^o	81^o	3	0	3
96 ^o	26^o	2	0	2
97 ^o	35^o	2	0	2
98 ^o	73^o	0	1	1
99 ^o	6^o	0	0	0
100 ^o	79^o	0	0	0
101 ^o	87^o	0	0	0
102 ^o	88^o	0	0	0
		2653	641	3294

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

As participações registradas, em número de 3294, reforçam essa percepção, considerando que a diferença numérica existente entre os participantes que concordam e os que não concordam, conduzem-nos a múltiplas interpretações, em decorrência da necessidade de complementação de informação qualitativa relativa aos comentários principais. O gráfico 5, abaixo, apresenta os números coletados:

Gráfico 5: Participação dos Internautas – Derivações – D

Fonte: Elaborado pelo autor

Por conseguinte, os números que foram apresentados nessa seção pretendem preencher a lacuna quantitativa referente à pesquisa realizada no Portal g1, em particular, em virtude de este canal digital viabilizar aos internautas comentarem nas postagens. Não obstante, ao realizar a busca de dados no portal R7 e no site do SBT, almejando a possibilidade de estruturar quantitativamente os achados a partir das informações, vislumbraram-se características tais que serão apontadas em outro padrão, possibilitando, portanto, a mensuração matemática dos dados, nessas variáveis descritas.










Destarte, a constatação ou não de peculiaridades como o compartilhamento de conteúdo, a possibilidade de comentar ou não, a impossibilidade ou não de coletar ou de mensurar dados, etc., dentre as fontes pesquisadas, são justamente o propósito geral nesse trabalho. Ou seja, analisar como 3 veículos de mídia brasileiros retratam os resultados das eleições de 2018 no Brasil e como estes permitem o debate de seus internautas, em que meio isso ocorre, por qual forma, ou inexistente.

5.2.2 Estratificação qualitativa dos dados obtidos

A partir da coleta de dados realizada ao longo desse trabalho nos cenários escolhidos, percebe-se que, das três plataformas tecnológicas analisadas, somente o portal g1 oportuniza aos internautas a possibilidade de comentar e participar das postagens. Logo, com essa ação, o registro da opinião dos internautas tornou-se realizável, inclusive, permitindo a transcrição *ipsis litteris* dessas opiniões.

De outra banda, visualizou-se que as plataformas observadas - Portal R7 e site do SBT -, em relação a estratégias de participação de usuários nas postagens, tão somente adotam o compartilhamento de conteúdo nas redes sociais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Portal R7 e Site do SBT em Números

	SEGUIDORES	CURTIDAS	INGRESSO
	5.000.000	Não se aplica	03/2012
	4.963.017	Não se aplica	08/2009
	13.271.684	13.309.057	04/2009
	SEGUIDORES	CURTIDAS	INGRESSO
	9.100.000	Não se aplica	Não se aplica
	5.000.000	Não se aplica	02/2009
	12.300.782	11.361.563	07/2010
	11.300.000	3.296.434.076	02/2008

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Desse modo, infere-se que o público alvo, a grade de programação ou até mesmo a linha editorial adotada por esses dois canais digitais, coadunam-se quando da utilização de metodologias de captação de público e de opinião por eles adotadas. Logo, são variáveis que podem ser consideradas na análise desses dois cenários, pois, percebe-se que os métodos utilizados estão intimamente ligados à grade de programação televisiva, a pautas jornalísticas e à linha editorial dessas duas redes digitais.

Conseqüentemente, a partir da adoção de estratégias diferentes, em função de terem metas e objetivos diversificados nem tão explícitos a serem alcançados, em função, principalmente, da forte concorrência nessa área, são justificáveis. Em síntese, seriam necessárias pesquisas complementares para tentar responder adequadamente a essas questões com maior propriedade.

No entanto, embora se tenha a percepção de que a participação dos internautas seja limitada nesse cenário, segundo dados da pesquisa realizada em agosto de 2021 pelo Comscore, o Portal R7 ocupa a sexta posição num ranking composto pelos quinze websites mais acessados no Brasil, como demonstrado no infográfico 1.

⁶ <https://www.facebook.com/porta1r7/>

⁷ <https://www.facebook.com/SBT/>

⁸ <https://www.youtube.com/c/sbt/about>

Infográfico 1- Ranking ComScore/Agosto 2021

Últimos Rankings

Top 15 Propriedades Multiplataforma (Desktop e Mobile)
 Agosto 2021 - Brasil
 Desktop 6+ Casa e Trabalho, Mobile 18+ Smartphone e Tablets IOS e Android

Propriedade	Total Unique Visitors/Viewers (000)	% Reach	Average Views per Visitor	Average Minutes per Visitor
1 Google Sites	125.141	98.9%	255	1.474
2 Facebook	120.736	95.5%	39.7	2.250
3 UOL	110.035	87.0%	30.0	49.4
4 Globo	102.858	81.3%	37.6	63.7
5 Microsoft Sites	94.786	74.9%	59.6	86.4
6 R7 Portal	79.573	62.9%	10.1	13.9
7 Terra Networks	78.998	62.5%	10.3	16.9
8 MercadoLibre	77.149	61.0%	17.0	44.9
9 CAIXA.GOV.BR	67.427	53.3%	9.7	25.0
10 B2W Digital	65.589	51.9%	8.4	34.9
11 Bytedance Inc.	59.014	46.7%	9.1	537
12 Netflix Inc.	51.830	41.0%	9.0	329
13 Samsung Group	51.576	40.8%	0.7	47.5
14 Amazon Sites	51.075	40.4%	14.6	50.8
15 Shopee Pte Ltd	50.144	39.6%	4.7	197

Fonte: Adaptado do original pelo autor (2022). Disponível em:

<https://www.comscore.com/por/Insights/Rankings-do-Mercado> Acesso em: 20 mai. 2022.

Assim, depreende-se que, após a análise dos dados apresentados, existe a participação dos internautas no Portal R7, porém, de um modo que valorize o *case* do portal R7 como um todo. Dessa maneira, com a finalidade de alcançar o maior número possível de *stakeholders*, considerando acontecimentos locais e internacionais emergentes, tendências de mercado, *fake News* – inclusive - o site oferece tão somente a possibilidade de compartilhamento. Ademais, a manutenção e a evolução do canal no ranking *ComScore* tem sido a tônica ao longo do tempo, entendido como consequência da forma de tratamento da informação adotada por esse canal digital.

Entretanto, assevera-se que serão necessárias mais pesquisas e aprofundamento no tema, explorando outras estratégias adotadas por algumas plataformas digitais, que obnubilam-se na virtualidade, tornando difícil e trabalhoso identificar em qual tema (saúde, educação, política, entretenimento, jornalismo, etc.), que ocorrem efetivamente essa participação dos internautas, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos.

Por sua vez, no site do SBT, nota-se que outras metodologias de interação se fazem presentes com maior tonicidade, ou seja, a opção de compartilhamento de conteúdo em redes sociais como *Facebook, Whatsapp, Twitter, TikTok, YouTube, Instagram, FacebookMessenger, Snapchat*, etc. Portanto, tal constatação se assenta em afirmar que, essa forma de interação, permite replicar temáticas produzidas por essa plataforma nas redes sociais dos usuários. Logo, inexistente a opção de observar, de registrar, de transcrever o pensamento dos cibernautas de forma direta no próprio portal.

Diferentemente, do que ocorre com o Globo.com (onde está hospedado o Portal g1), em primeiro lugar no ranking *ComScore* de Julho de 2021, e do Portal R7 em segundo lugar, na mesma base de referência, não se entrando no mérito dessa ausência, ao menos nesse trabalho.

Não obstante, em nova pesquisa feita pelo mesmo instituto, os dados apresentam mudanças de posição, tanto para o g1, dessa vez ocupando o quarto lugar, quanto para o Portal R7, na sexta colocação, fato ocorrido num período aproximado de no mínimo trinta dias. Sendo que a pesquisa em destaque está identificada como sendo no mês de Agosto de 2021, como já demonstrado anteriormente no infográfico 2.

Sem dúvida, que em virtude das características peculiares apresentadas por cada objeto de pesquisa abordado nesse trabalho, podemos ter o entendimento como sendo formas de tratamento das informações e de interações, adotadas pelas mídias pesquisadas.

Tendo como fonte o portal g1, e com a finalidade de ilustrar com mais dados o presente trabalho, o quadro 3 transcreve as manifestações textuais dos pensamentos dos internautas que participaram nos comentários isolados, em reação ao enunciado “*Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%*”, com uma peculiaridade, inexistente réplica, inexistente réplica, logo, não ocorrendo derivações. Ressalta-se que se optou pela terminologia “comentários isolados”:

Quadro 3: Estratificação qualitativa Comentários Isolados – CI

RANKING	TRANSCRIÇÃO - CI	SIM	NÃO	TOTAL
1	Que democracia é essa em que o cidadão é OBRIGADO a votar?O político tem que conquistar povo pra merecer o voto,por isso essa quantidade de votos	77	0	77
2	"Ou as minorias se adéquam ou simplesmente desaparecem". Vai ser difícil desaparecer com 89 milhões que não votaram nele.	45	6	51
3	Essas pessoas tem o direito de não gostar de nenhum dos candidatos ou simplesmente não querer votar, é só deixar de ser obrigatório o voto, vota quem	44	1	45
4	O Retardad quase perdeu para os brancos, nulos e abstenções. Não ganharia	9	16	25
5	Maior parte desses 30% verão que não vivemos num país perfeito, mas que poderia, pode e será muito melhor a partir de 2019.	9	16	25
6	Fake! O nulo e o branco é uma porcentagem que o TSE mostra é em relação aos votos... a abstenção é em cima do número de pessoas com diretório de vo-	0	22	22
7	85 milhões de brasileiros nao votaram	16	2	18
8	Meu candidato no segundo turno foi o Nulo.....o país já saiu derrotado com o	15	1	16
9	Que a partir de 2019 nossos impostos sejam realmente redirecionados para os brasileiros. Mais educação, saúde e segurança a todos.	12	4	16
10	vejam que 42 milhões não votaram em nenhum candidato. Como seria a eleição se tive a alternativa c) nenhum dos anteriores? E que isso valesse para termos uma nova eleição com outros candida-	9	1	10
		236	69	305/343

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tratando-se de comentários isolados (CI), percebe-se que aproximadamente 69% dos participantes concordam com as afirmativas relacionadas, por outro lado, comentários depreciativos e imparciais, como por exemplo, os comentários números 4, 5 e 6, respectivamente, perdem em número de votos convergentes. O que nos permite inferir certa maturidade e discernimento daqueles que votaram contra essas proposições isoladas, dada a contrariedade manifestada. Logo, podemos considerar que os 305 votos expostos no quadro 3 acima, com dez posições, representam aproximadamente 90% do total, e por isso, serão de grande valia ao evidenciar respostas ao viés qualitativo desejado.

Nessa mesma linha, foi estruturado o quadro 4, que se apresenta logo a seguir, visando oferecer maiores subsídios os quais auxiliem na busca por respostas. Isto posto, é importante ressaltar que as posições 1, 2, 3, 6 e 8 refletem a contrariedade do eleitor com as manifestações falaciosas expostas, que no mínimo, tentam induzir a erro, utilizando para isso, argumentos equivocados. Logo, com resultados infrutíferos, por assim dizer, nesse exemplo.

Quadro 4 – Estratificação qualitativa Comentários Principais – CP

RANKING	G1	TRANSCRIÇÃO – CP	SIM	NAO	TOTAL
1	16°	40 Milhões de pessoas que não se importam com o Brasil	137	467	604
2	13°	Fica explícito que esse fascista não é o	148	171	319
3	3°	Quem se absteve, votou em branco ou anulou o voto, têm que ficar calados e não reclamarem de NADA, e nas próximas eleições se fazerem presentes	74	195	269
4	14°	Votei nulo	227	38	265
5	32°	tem de acabar com esse voto obrigatório. Taí uma idéia para o Bozo.	243	16	259
6	17°	Isso só demonstra a ignorância do eleitor	41	179	220
7	4°	Esse número mais os votos do Haddad,	151	38	189
8	15°	42 milhões de acovardados que não querem ser comprometer com o próprio futuro! Aquele se OMITE de sua OBRIGAÇÃO, também perde seu o direito de COBRAR o governo de suas OBRIGAÇÕES! Agora serão governados da mesma forma e rigor daqueles que compareceram nas	48	105	153
9	6°	ta na cara que o voto obrigatório já não ta mais dando certo , ta na hora de rever várias coisas , candidato fugindo de debate coisa fei-a nunca vi isso.	88	39	127
10	29°	Esses 30% representa o quanto as pessoas estão indignadas com a atual situação política que está o nosso país! Não que elas não se importa com o Brasil, e sim!!! Se importam e muito... Por isso não comparecerem as urnas, porque todos entendem que nenhum dos candidatos no momento não representa o que querem realmente para um país melhor!!!! Então não julguem antes de falar... Quem ganhou não nos representa em nenhum sentido... E quem perdeu, então nem se fala....	117	2	119
			1274	1250	2524/3520

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O quadro 04 considera o ranking que está constituído, originalmente, por 33 posições, que por sua vez, perfaziam 3520 votos dos internautas, ou seja, 100% dos comentários principais (CP). Logo, podemos considerar que, as dez posições iniciais do ranking, que resultam em 2524 votos desprendidos e expostos, representam cerca de 71,70% do total. Destarte, as informações são suficientes para tentar ilustrar as proposições qualitativas necessárias para a pesquisa em tela.

Complementarmente, os dados dispostos no quadro 4 referenciam os enunciados constantes nos números 5, 7, 9 e 10. De certa forma, eles refletem parte do cenário das eleições de 2018, como segue: *“Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%”*.

Por analogia, o quadro nº 5 apresentado logo a seguir, refere-se às derivações (D), originadas do comentário principal número 1 (CP-1). Salienta-se que cada derivação, devidamente identificada, contém as transcrições das réplicas e das tréplicas das manifestações textuais relativas ao comentário principal em destaque.

Por um lado, apesar de estarmos abordando nesse momento do trabalho o viés qualitativo, os números aqui referidos auxiliarão os leitores a terem uma noção mais consolidada do recorte de ideias que fazem parte do cenário qualitativo aqui exemplificado.

Nesse sentido, segundo Fonseca (2002, p. 20):

A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. [...] A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. [...] A pesquisa quantitativa se centra na objetividade.

Quadro 5: Estratificação Derivações CP – 1

RANKING	GI	TRANSCRIÇÃO - CP I	SIM	NÃO	TOTAL
1	16°	40 Milhões de pessoas que não se importam com o Brasil	137	467	604
RANKING	TRANSCRIÇÃO - DERIVAÇÕES CP – 1		SIM	NAO	TOTAL
63°	40 milhões de pessoas não se sentiram representados. Não quiseram participar desse circo!		344	22	366
64°	Péssima leitura! São pessoas que estão contrariadas com as escolhas dos partidos! Que não acreditam nessa política!		220	7	227
65°	40 milhões que não acreditam em políticos. Seu jumento		148	9	157
66°	Denner Wyller, não são 40 milhões de pessoas que não se preocupam com o país e sim pessoas que não estão satisfeitas com os políticos que temos. Mas pelo jeito você não presta atenção no que acontece com nosso país. E de pessoas como você que nosso Brasil não precisa.		103	4	107
67°	Denner se tivesse ficado calado poderia dormir sem essa.		55	3	58
68°	<u>amigo</u> , poderia falar que na verdade seus pais não se importaram com você quando escolheram seu nome, mas não entrar no assunto. Sua alma é pobre e doente.		25	4	29
69°	E o tipo de gente que torce para o Brasil viver na desgraça. <u>não</u> tem amor próprio é só mais um numero... infelizmente.		7	34	41
70°	E o tipo de gente que só reclama da vida e tudo está ruim, são pesos em cima da terra		10	31	41
71°	E o senhor, Sr Denner, se importa como? Votando, virando as costas e deixando o barco correr, desde que tenha redes sociais para gastar o tempo?		9	6	15
72°	EU SOU FAVOR DE LIBERDADE TOTAL PRA CIDADAOES EMPRESAS COM REGULAÇÃO DO ESTADO. ESPERO Q O ELEITO GOVERNE PRO POVO E NAO PARA OUTROS PAISES		10	4	14
73°	<u>Haaannnnnnn molgolzao</u>		0	1	1
			931	125	1056

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao observar o quadro 5, percebe-se que afirmativas como a de nº 69, “É o tipo de gente que torce para o Brasil viver na desgraça. Não tem amor próprio é só mais um número...infelizmente” (sic) e, “É o tipo de gente que só reclama da vida e tudo está ruim, são

pesos em cima da terra" (sic) podem ser entendidas como participações com algum senso de equilíbrio, dado o contexto das eleições gerais realizadas em 2018, considerando-se a maioria absoluta de internautas que não concordam com estas afirmativas expostas.

Igualmente, depreende-se que os comentários n^{os} 63 e 66, respectivamente, representam a opinião convergente de parcela significativa de cibernautas, dado o somatório envolvendo ambas as situações, ou seja, 447 opiniões, ou 48,01% do total de opiniões positivas (931 manifestações).

Diante disso, deduz-se que os números apresentados no quadro 5 ocorrem, em tese, pela disponibilidade de acesso à internet e a equipamentos para efetivar tal ação na plataforma digital, e, por consequência, são instrumentos que possibilitam interpretar como forma de tratamento da participação, nesse cenário investigado, ou seja, no Portal g1.

Ressalta-se que o conteúdo das transcrições aqui reproduzidas bem como a quantidade de reações positivas e de reações negativas dos internautas, frente a cada enunciado no contexto, passa a ideia de quão ecléticas são as manifestações do público participante no canal. Dessa maneira, pode-se ilustrar tal afirmação com o excerto colacionado após o compartilhamento do enunciado: *"Fica explícito que esse fascista não é o presidente legítimo!"*, que provocaram respostas e reflexões como:

"O que fica bem claro com esse numeros é que foi uma eleição contra a rejeição, quem tivesse menos rejeição ganharia, fato é que JMB com a estratégia de não ir aos debates conseguiu ser menos rejeitado, caso abrisse a boca no debate não teria chegado nem a 30% dos votos, pq no final das contas FHD perdeu para nulos, brancos e abstenções, isso mostra a face da política brasileira."

Tal como:

Acabou, elegemos um presidente quer queiram, quer não, mas nós enquanto povo, temos que ser unidos, e parar com ideologias partidarias, e juntos levantar este pais que esta em frangalhos, vamos todos numa so corrente pq do contrario estaremos perdidos! Que Deus abençoe JMB e que seja um excelente presidente!!

No quadro 6, seguem mais algumas manifestações que servem para complementar a construção da análise:

Quadro 6: Estratificação Derivações CP – 2

RANKING 5	TRANSCRIÇÃO - CP - 2 Fica explícito que esse fascista não é o presidente legítimo!	SIM 148	NÃO 171	TOTAL 319
39°	o sistema esta pautado por quem efetivamente vota. Então, o fascista, por mais que o seja, é sim o presidente eleito.	33	17	50
40°	Nem sabe o que é fascismo, é melhor ficar só lendo os ecomentários.	24	22	46
41°	Quanta ignorância...nos poupe...	8	15	23
42°	José Oliveira DuCuAssado cala boca			
43°	Kkkkkkkkk.	3	2	5
44°	O que fica bem claro com esse números é que foi uma eleição contra a rejeição, quem tivesse menos rejeição, ganharia, fato que JMB com a estratégia de não ir aos debates conseguiu ser menos rejeitado, caso abrisse a boca no debate não teria chegado nem a 30% dos votos, pq no final das contas FHD perdeu para nulos, brancos e abstenções, isso mostra a face da política brasileira.	20	4	24
45°	Acabou, elegemos um presidente quer queiram, quer não, mas nós enquanto povo, temos que ser unidos, e parar com ideologias partidarias, e juntos levantar este pais que esta em frangalhos, vamos todos numa so corrente pq do contrario estaremos perdidos! Que Deus abençoe JMB e que seja um excelente presidente!	6	6	12
		106	75	181

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A externalidade positiva pode ser compreendida na provocação textual compartilhada por um internauta ao enunciar “*Quem se absteve, votou em branco ou anulou o voto, tem de ficar calados e não reclamarem de NADA, e nas próximas eleições se fazerem presentes [...]*”. O enunciado desencadeou reações diversas, conforme as transcrições dispostas no quadro 7, mobilizando 60% dos participantes a partir da manifestação:

Quadro 7: Estratificação Derivações CP – 3

RANKING 3	TRANSCRIÇÃO - CP - 3 Quem se absteve, votou em branco ou anulou o voto, tem de ficar calado e não reclamarem de N ADA, e nas próximas eleições se fazerem presentes	SIM 74	NÃO 195	TOTAL 269
8°	Esses ai são individualistas	6	42	48
9°	Há sim agora eu sou obrigado a votar em um poste ou fascista...Eita burrice	78	15	93
10°	Vc não é obrigado a voltar, e nem ficar dando palpite rbm, se nenhum dos dois te agradou, da próxima vez seja candidato e faça do seu jeito,ou mude para outro pais.	16	59	75
11°	Eu também não votei em ninguém. Entre o ruim e o péssimo, achei melhor não votar em ambos.	65	8	73
12°	E o Sr. Sr Marques, que votou, vai fazer o que agora quando constatar que o barco continua afundando, a vigarice continua solta lá na terra do faz de conta, que vão meter a mão no seu bolso mais ainda para tapar ma administração e corrupção...Bater palma como foca amestrada?Que exigir seus direitos é que não vai mesmo. Ah já sei, dfaqui a 4 anos vai "votar certo" outra vez e pronto.	31	3	34
13°	Eu votei praestancar essa sangria do dinheiom público pra outros países e privatizar empresas que são irrelevantes para o governo q são usadas cabides de emprego Redução drática dos gastos públicos. Tudo isso para fazer o país crescer	11	14	25
14°	Olha o pensamento dessas amebas, o bom é que se for	1	2	3
15°	QUEM PAGA DA MÁ ESCOLHA SÃO OS QUE VIVEM DE SALÁRIO E OS QUE MAIS DEPENDE DO GOVERNO ! AGUENTEM FIRME !	18	5	23
16°	o que e fascista?	2	5	7
		106	75	181

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No quadro de número 8, depara-se com o enunciado: “votei nulo”. Ao observar-se o número de internautas que concordam com a prática de anular o voto (cerca de 71% dos participantes), constata-se o grau de conformidade dos cibernautas, suas réplicas e suas trélicas

frente ao discurso em destaque, destaca-se a manifestação textual de número 52^a: “*Bario Sf limbo politico é quem acredita no voto, neste sistema nefasto. Se vc acha que apertar o dedo 1 dia de 4 em 4 anos esta sendo representado, vc tem é que tirar tua mente desse limbo politico que vive.*”, que obteve o aceite de 14 dos 18 internautas participantes:

Quadro 8: Estratificação Derivações CP – 4

RANKING 4	TRANSCRIÇÃO - DERIVAÇÕES CP - 4 Votei nulo	SIM 227	NÃO 38	TOTAL 265
46°	Eu e minha esposa também	51	5	56
47°	Eu e a minha também	43	6	49
48°	eu e a sua também	14	20	34
49°	Sua mamãe também	1	11	12
50°	Graças a Deus eu Tb	18	6	24
51°	Vai ser governado do mesmo jeto. Pede pra ir para o limbo político	10	9	19
52°	Bario sf limbo plítico é quem acredita no voto, nesse sistema nefasto. Se vc acha que apertar o dedo 1 dia de 4 em 4 anos esta sendo representado. Vc tem é que tirar tua mente desse limbo político que vive.	14	4	18
53°	Marise. Vocês não votarem não vai evitar de serem governados. Nãosou fanático a nenhuma das partes, mas é ter condições de raciocínio para escolher o menos ruim, nunca existira um candidato perfeito.	2	1	3
		153	62	215

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por fim, o portal g1, de modo diferenciado, comparado aos portais R7 e SBT, apresenta registros que retratam o objetivo desta pesquisa e permite o debate entre seus internautas dentro da plataforma com a possibilidade de compartilhamento para as redes sociais, ampliando o debate, conforme o quadro 9. Para tanto, o enunciado “*tem de acabar com esse voto obrigatório. Taí uma ideia para o Bozo.*” encerra a série de exposições mais votadas e suas respectivas derivações, apontando para uma quantidade de participantes - cerca de 78,38% do total - que convergem em pensamento, promovendo o debate e a cidadania.

Quadro 9: Estratificação Derivações CP – 5

RANKING 5	TRANSCRIÇÃO - CP - 5 tem de acabar com esse voto obrigatório. Tai uma ideia para o Bozo	SIM 243	NÃO 16	TOTAL 259
98°	Não é obrigatório. Se não quise votar é só pagar 3 reais	17	24	41
99°	Uaaaauuu.Um dia chegaremos ao nosso objetivo. O voto deixará de ser obrigatório. Assim também podemos fazer uma grande oposição aos eleitos.	14	1	15
100°	Isso mesmo Lcameron.	8	6	14
101°	É obrigatório sim... O fato da pessoa ter de se deslocar para o local de votação faz com que pessoas que nem se interessam por política acabem escolhendo alguém por populismo. NÃO AO VOTO OBRIGATÓRIO.	45	5	50
102°	Não vote !! Paramos de alimentar o sistema com o nosso voto. Tirar a legitimidade dos eleitos. O sistema fracassou e não funciona. Tem de ser substituído pela democracia direta onde tem o mesmo poder de propor, debater e decidir, sem falsos representantes políticos e partidos. 40 milhões de pessoas não votaram. Foi eleito por uma minoria.	51	3	54
103°	L. Cameron... Você não sabe a diferença de obrigação e desobrigado? Se você não está obrigado não paga multa. Isso é estar livre. Desobrigado a votar. Pagar qualquer quantia é ser obrigado. Para de ser burra e vai estudar. O futuro é voto não obrigatório.	10	1	11
		145	40	185

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Sendo assim, o *case* do Portal g1 mostrou-se, diante do objetivo proposto para este trabalho, como a plataforma que permite o debate de seus internautas devido à sua estrutura midiático-jornalística, distanciando-se dos demais cenários analisados, preservadas as características de cada plataforma digital, ou seja o Portal R7 e o site do SBT, que, como vislumbrado, disponibilizam tão somente o compartilhamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual estrutura, percebe-se a reconfiguração dos espaços públicos para o cenário virtual, a partir da emergente utilização das tecnologias da comunicação e da informação. Logo, as relações de poder, antes verticalizadas, estratificadas, lineares e únicas, mobilizaram discursos horizontais, híbridos e visivelmente distintos, em especial, no campo das comunicações, tornando possíveis as condições materiais dos discursos compartilhados atingirem uma amplidão de sujeitos, embora, ainda, estabelecidas sobre um oligopólio das plataformas de comunicação digital, a saber, g1, R7 e SBT, objeto deste estudo.

No entanto, não como olvidar que o debate público foi ampliado com as possibilidades de compartilhamento de posicionamentos advindas da comunicação virtual e da utilização das redes sociais, além da ascensão da internet. Logo, outros modos de divulgar conteúdos que mobilizem posicionamentos críticos e reflexivos, que são de interesse público, os quais possibilitem analisar determinados momentos político-sociais e publicizá-los, são alternativas significativas de abertura para a participação individual e à cidadania a partir da interação possibilitada a partir do uso da internet.

Sendo assim, esse movimento promove a reconfiguração do espaço público a partir da participação do cidadão no fluxo de construção de sentido do conteúdo comentado e compartilhado, além da construção social da realidade, aumentando, conseqüentemente, o engajamento cívico. Portanto, com as possibilidades de atuação política ampliadas, o engajamento político-social a partir do uso das plataformas de comunicação, refletindo sobre o direito de votar e os questionamentos acerca dele, permite vislumbrar ares de uma democracia que se moderniza pela e na internet como espaço público de discussão. As narrativas deixam de ser únicas e lineares e ganham dimensões observáveis distintas.

Ademais, com base nas informações coletadas ao longo dessa pesquisa, foi possível considerar que ao analisar como 3 veículos de mídia brasileiros retratam os resultados das eleições de 2018 no Brasil, e como estes permitem o debate entre os internautas participantes, percebeu-se que o portal g1, diferentemente do portal R7 e SBT, introduz uma dinâmica característica com liberdade de expressão diferenciada, quase sem fronteiras, permitindo a postagem de comentários inerentes ao tema da pesquisa bem como o compartilhamento destes nas redes sociais dos usuários, ampliando a discussão;

Acerca disso, os meios de interação disponibilizados para a participação dos internautas nas plataformas de comunicação são ecléticos, mas, não são universais, no caso dos portais R7 e SBT. Por extensão, a participação nestes cenários poderia ser aperfeiçoada, permitindo que

os usuários comentassem dentro do ambiente virtual da plataforma, possibilitando, em tese, a ampliação do número de acessos as plataformas digitais em tela, com reflexos no próximo ranking da *ComScore*;

Também se percebeu que as barreiras existentes, como a obrigatoriedade de pagamento por assinatura, que, por sua vez, habilita ao acesso irrestrito aos portais pesquisados, inibem e excluem os internautas dos debates relevantes noticiados por esses canais de comunicação, em escala global, dada a capilaridade alcançada pelos meios digitais. Logo, sugere-se a gratuidade de assinaturas, em determinados períodos específicos, quando se tratar de matéria de relevante interesse público, como por exemplo o período pré-eleitoral, objetivando o contraditório nas pesquisas de opinião pública;

Ressalta-se que as contribuições do referencial teórico foram indispensáveis na interpretação dos fatos coletados. Entretanto, alguns pontos da pesquisa restaram frustrados em razão dos crescentes índices de abstenção, de votos nulos e de votos brancos registrados em eleições recentes realizadas no Brasil. Desse modo, permite-se analisar que a discussão é edificante e deve ser realizada em todos os espaços públicos, sejam reais ou virtuais. Resumidamente, então, o voto, em particular, é a vontade do povo explicitada, a principal forma de empoderamento do povo, e também um instrumento que possibilita o revezamento nos cargos políticos, a fim de se evitar que alguém se estabeleça no poder, e ao mesmo tempo, garantir a renovação de ideias no governo. De forma análoga, entende-se como complementar a prática de externar opinião no maior número de situações possíveis, como fortalecimento do direito de votar, em especial no cenário digital observado.

É necessário inferir que, ao contrastar a representação e as ferramentas de interação disponibilizadas pelo g1, Portal R7 e SBT, percebeu-se que os meios escolhidos por cada uma das plataformas digitais, em tese, almejam alcançar públicos que estão identificados com as principais redes sociais mundiais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Whatsapp*, etc., pressupondo-se com isso aumentar o alcance e a disseminação de suas aspirações midiáticas como forma de tratamento da informação. Nesse sentido, a pesquisa constata a aspiração ao vislumbrar, na análise de dados do *Comscore*, que o Portal R7 ocupava a segunda posição no ranking composto pelos quinze *websites* mais acessados no Brasil.

Logo, a partir dos dados levantados ao longo desse trabalho de pesquisa, observou-se o aumento considerável de internautas que tiveram suas falas inscritas no processo de participação proporcionado pela mídia como instrumento de participação política por assim dizer. Desse modo, pelo presente trabalho foi possível vislumbrar as transcrições que retratam a opinião dos internautas em sua mais pura espontaneidade, ou seja, sem meias palavras. Tais

posicionamentos são sinais de fortalecimento da democracia, os quais devem sempre ser renovados, almejando o engajamento da participação política.

Portanto, concluí-se que serão necessárias mais pesquisas, com maior aprofundamento frente ao tema, visto que as estratégias adotadas por algumas plataformas digitais obscurecem ou dificultam mensurar dados, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, eis que o compartilhamento de conteúdo ofertado quantifica a replicação das postagens, sem elucidar o motivo porque isso acontece. Enfim, em termos qualitativos, compromete também a integridade das informações, por se tratar de rede interpessoal do internauta, ou seja, os alinhamentos de respostas podem estar sujeitos à censura por se tratar de rede social particular. Sendo assim, sugere-se a continuidade, o incentivo e a revisitação de trabalhos acadêmicos nessa linha de pesquisa, a fim de que o direito à liberdade de expressão seja compreendido em sua amplitude, principalmente pelo fato da sociedade estar inserida na informação, utilizando-se de várias mídias eletrônicas e digitais como instrumento de participação política.

REFERÊNCIAS

- ACOCELLA, M. **Direitos Políticos na Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,direitos-politicos-na-constituicao-federal-de-1988,25529.html>>. Acesso em 05 de julho 2018.
- ALONSO, M. M. **Poderes do Estado, formas de estado e formas de governo**. Disponível em: <http://faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos5edicao/4ed5.pdf>. Acesso em 15 Set. 2018.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008
- BARBOSA, S. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo das redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org). **Notícias e Mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã: LabCom, 2013.
- BENNET, W. L. Communicating Global Activism Strengths and Vulnerabilities of Networked Politics. In: **Van de Donk; Loader, Brian D.; Nixon, Paul G. & Rucht, Dieter. Cyber Protest. New Media, Citizens and Social Movements**. Londres, Routledge. 2004. Disponível em: <https://depts.washington.edu/gcp/pdf/communicatingglobalactivism.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- BOBBIO, N. O FUTURO DA DEMOCRACIA – **Uma defesa das regras do jogo**. Disponível em: https://www.academia.edu/38630800/NORBERTO_BOBBIO_O_FUTURO_DA_DEMOCRACIA_Uma_defesa_das_regras_do_jogo. Acesso em: 18 jun.2022
- BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 Abr. 2018.
- BRASIL, DECRETO Nº 592 DE 6 DE JULHO DE 1992. **Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos**. Nova York 19 de dezembro de 1966. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm> Acesso em: 12 out. 2018
- BRASIL, LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965. **Institui o Código Eleitoral**. Brasília, DF, 15 de julho de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4737.htm> Acesso em: 04 jul. 2018.
- BRASIL, LEI Nº 12.846, DE 01 de agosto de 2013. **Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm> Acesso em: 04 jul. 2018.
- BRASIL, J. *et al.* **Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto**

facultativo.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100006> Acesso em 05 jul. 2018.

CARREIRÃO, S. S., Identificação ideológica partido e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 3017-339, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200004> Acesso em: 01 nov. 2018.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (2001).

CASTORIADIS, C. **Poder, Política e Autonomia.** In: Un mundo fragmentado, Buenos Aires, Altamira, 1997.

COSTA, H. O. **Alienação Eleitoral no Brasil: Uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**, PUC – SP; Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (Área de concentração em política), sob a orientação da Profª Drª Vera Lucia M. Chaia.

DAHLGREN, P. **The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation.** *Political Communication*, 22:147–162, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10584600590933160>. Acesso em: 18 mai. 2022.

DALLARI, D. A. **O que é participação política** 16ª reimpressão. São Paulo: brasiliense, 1984.

DIAS, R. **Ciência Política.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004> Acesso em: 05 out. 2018.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza. UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILLMOR, D. **Nós, Os Media.** Lisboa: Editorial Presença, 2005

GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: **MAIA, R.; CASTRO, M. C. P.S. (orgs). Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of a Bourgeois Society.** Cambridge: MIT Press, 1962. Disponível em: <https://www.sparknotes.com/philosophy/public/summary/#:~:text=The%20Structural%20Transformation%20of%20the,calls%20the%20bourgeois%20public%20sphere>. Acesso em: 19 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE). **Pesquisa entre jovens identifica maioria de aptos a votar, mas poucos debatem política.** Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Agosto/pesquisa-entre-jovens-identifica-maioria-de-aptos-a-votar-mas-poucos-debatem-politica>> Acesso em: 12 de Novembro 2017.

LÉVY, P. O que é virtual. São Paulo: Ed, v. 34, 1996. MAIA, R. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In **Maia, R.; CASTRO, M. C. P. S. Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2006.

MARCONDES, V. Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Passo Fundo, 2007.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, A., **Direito Constitucional**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NARUD, H. M.; VALEN, H.. Decline of electoral turnout. The case of Norway. **European Journal of Political Research**, vol. 29, n.2, p. 235-256, 1996.

NAY, O.; CLASEN, J. A. (Trad.). **História das ideias políticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NICODEMOS, C. et. al. **Política Nacional de Participação Social**. Disponível em: <<http://secom.pa.gov.br/conferenciadca/index.php/2015/11/17/politica-nacional-de-participacao-social/>> Acesso em: 05 de agosto 2018.

NOGUEIRA FILHO, O. C. **Vocabulário da Política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.

PANDOLFI, D.C. **Percepção dos direitos e participação social**. Cidadania, justiça e violência, FGV, 1999. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6742/39.pdf>> Acesso em : 01 de Novembro 2018.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, n.2, p. 304-332, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200002> Acesso em: 01 dez. 2018.

PEREIRA, J. M.. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009: (Inclui Análise dos efeitos das mudanças de paradigma na administração pública brasileira).

PEREIRA, J. M. **Curso de Administração Pública**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRESTES, C. C. **O voto no direito eleitoral comparado nos sistemas políticos e o modelo brasileiro**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012.

PRIMO, A.; CASSOL, M. B. F. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. **XXI Congresso da Intercon** – Recife-PE, 2003. Disponível em: <http://usr.psico.ufrgs.br/~primo>. Acesso em: 18 mai. 2022.

POLAT, R. K. The Internet and political participation: exploring the explanatory links. **European Journal of Communication** 20: 435, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323105058251> . Acesso em: 20 mai. 2022.

PONT, R.. A democracia representativa e a democracia participativa. **Palestra realizada no Seminário Internacional sobre Democracia Participativa**. Porto Alegre 11 de Novembro de 1999. Disponível em: <http://www.tni.org/newpol-docs/pont-p.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RAWS, J. **Justiça e Democracia**, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROCHA, J. M. “O ‘glocal’ no ciberjornalismo regional: análise dos sítios de webnotícias de Dourados”. 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul. 2014.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Guia para Estágios, trabalhos de Conclusão, dissertações e Estudos de Caso).

ROGERS, E. M.; MALHOTRA, S. Computers as communication: the rise of digital democracy, In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital democracy: issues of theory and Practice**. London: Sage Publications, 2000. Disponível em: <https://www.pollux-fid.de/r/sw-csa-ps-200117151>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia**. (Os caminhos da democracia participativa). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIRAQUE, V. **Controle da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

SOUZA, R. **História das eleições**. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/historia-das-eleicoes.htm>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (Escola Judiciária Eleitoral). **Eleitor do futuro: de olho na história: sistematização das experiências do projeto “Eleitor do Futuro” entre 2003 e 2016**. - Brasília: TSE; Unicef, 2017.

VACCARI, C. **Digital politics in western democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sSCcAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Digital+politics+in+western+democracies.&ots=HOCUkyqLoS&sig=yG5qsyJoThLaqVuLB9bcTfcxf3U#v=onepage&q=Digital%20politics%20in%20western%20democracies.&f=false>. Acesso em: 18 mai. 2022.

VICENTINO, C. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 2002.

